

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

THAIRINE PAIVA DE OLIVEIRA

**O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA NA ECONOMIA
BRASILEIRA APÓS A DÉCADA DE 1990**

Santana do Livramento

2015

THAIRINE PAIVA DE OLIVEIRA

**O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA NA ECONOMIA
BRASILEIRA APÓS A DÉCADA DE 1990**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas pela Universidade
Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Orientador: André da Silva Redivo

Santana do Livramento

2015

THAIRINE PAIVA DE OLIVEIRA

**O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA NA
ECONOMIA BRASILEIRA APÓS A DÉCADA DE 1990**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas pela Universidade
Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Área de concentração: Ciências
Econômicas

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em dia:
07/_12_/_2015_

Banca Examinadora:

Prof. André da Silva Redivo
Orientador
Curso de Ciências Econômicas - UNIPAMPA

Prof. Altacir Bunde
UNIPAMPA

Prof. Héctor Cury Soares
UNIPAMPA

Dedico este Trabalho a meus pais Emir e Luci, pelo companheirismo incentivo e apoio em todas minhas decisões. A eles a minha gratidão, carinho e amor.

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de agradecer aquelas pessoas que de uma maneira ou de outra foram importantes nessa caminhada.

Primeiramente quero agradecer meus pais Emir Camejo de Oliveira e Maria Luci Paiva de Oliveira, que a todo o momento estiveram comigo dando apoio e incentivo.

As minhas amigas Fabiana, Tatiana, Josiane e Mayara que foram mais que simples colegas e amigas. Obrigada por acreditarem em mim, enquanto eu mesmo não acreditava.

Quero agradecer a todos os professores da Unipampa que durante essa caminhada foram de extrema importância para minha graduação.

Ao professor Hector Cury, que esteve presente durante a primeira fase deste trabalho, transmitindo seus conhecimentos.

E ao meu orientador André da Silva Redivo, que ajudou de forma incansável, sendo fundamental para conclusão deste trabalho.

O futuro dependerá daquilo que fazemos
no presente.

Mahatma Gandhi

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a reestruturação na indústria brasileira após a década de 1990, a partir daí analisar as consequências na relação do trabalho e na reversão da indústria. Para tanto será exposta as perspectivas históricas, as contribuições das teorias de crescimento e desenvolvimento das relações de industrialização; os pontos principais do processo de industrialização e desindustrialização; a trajetória histórica da consolidação do processo de industrialização no Brasil, mostrando dados que evidenciam o que ocorreu no processo. Por último, concluindo que o modo como foi reestruturada a indústria a partir da década de 1990, foi afetada as relações de trabalho bem a reversão da indústria. O método principal utilizado é o de investigação histórica para analisar os processos de industrialização e de desindustrialização no Brasil como também de forma mais geral para compreender a reestruturação da economia após 1990. É constatado que o progresso técnico trouxe consigo um ônus para a sociedade, gerando desigualdade e concentração de renda. Observa-se que a década de 1990, com suas privatizações, abertura comercial e instabilidades econômicas, provocou a reestruturação da indústria tendo por consequência a reversão da economia e precarização das relações de trabalho, está nos últimos anos obteve uma melhora.

Palavra-chave: Industrialização. Reestruturação Industrial. Reversão.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the re-structure in the Brazilian industry after the 1990's decade, so that we could analyze the consequences related to work and the reversal in industry. Therefore some historical perspectives will be exposed and some contributions of the theory of growth and development of the industrialization; the historical path of the consolidation of the industrialization process in Brazil , together with facts that show the veracity and drawbacks in this process. To sum up, we can conclude that the way the industry was re-structured in the 1990's, it represented not only a change in the workforce but also in the reversal of the industry itself. The main method used in this paperwork is the historical investigation in order to analyze the industrialization processes and the de-industrialization in Brazil and in a more general way to understand the re-structured of the economy after the 1990's decade as well. It is stated that the technical developments have brought with themselves a heavy weight for the society producing inequality and an unfair income distribution. It is also observed that in the decade studied with the privatizations , the trade liberation and the economical instabilities at the time, the natural consequence was the re-structure of the Brazilian industry having as a consequence the reversal of the economy and the precariousness of the workforce, the latter has had an improvement in the previous year's nowadays.

Key-words: Industrialization, Industrial Re-structure; Economical Reversal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Participação da Indústria de Transformação no PIB (%), 1950 - 1979..	37
Figura 2 - PIB em R\$ milhões de 2013, 1950-1979	38
Figura 3 - PIB <i>per capita</i> em R\$ mil de 2013, 1950-1979	39
Figura 4 - Desigualdade de Renda – Coeficiente de Gini (%), 1960-1979.....	40
Figura 5 - Participação da Indústria de Transformação no PIB (%), 1980-2012...	56
Figura 6 - PIB em R\$ milhões de 2013, 1980-2012	57
Figura 7 - PIB <i>per capita</i> em R\$ mil de 2013, 1980-2012	58
Figura 8 - Desigualdade de Renda – Coeficiente de Gini (%), 1980-2013.....	59
Figura 9 – Pessoal Ocupado, Folha de Pagamento, Indústria de Transformação, 2001-2014.....	59

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Objetivo Geral	10
1.2 Objetivos Específicos	11
1.3 Justificativa	11
1.4 Metodologia	11
2 PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM O TRABALHO	13
2.1 Relação da industrialização com o desenvolvimento e o crescimento	13
2.2 Processo de industrialização	18
2.3 Processo de desindustrialização	22
2.3.1 Desindustrialização positiva	23
2.3.2 Desindustrialização negativa	24
3 OS PROCESSOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: PRINCIPAIS EVENTOS	27
3.1 Debate teórico sobre a industrialização	27
3.2 Os governos	28
3.3 Os planos	34
3.4 Resultados do processo de industrialização: concentração de renda e desigualdade social	35
4 A REVERSÃO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO: A DESINDUSTRIALIZAÇÃO E A ESPECIALIZAÇÃO REGRESSIVA	41
4.1 A década de 1980	41
4.1.1 Os planos	45
4.2 A década de 1990	46
4.2.1 Os planos	50
4.3 A década de 2000	50
4.4 Emprego e desindustrialização	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento é caracterizado como sendo o resultado do conjunto da elevação da produtividade média e do crescimento econômico. Sendo este fundamental para que ocorra o processo de industrialização (CANO, 2014). O debate acerca da industrialização como forma de desenvolver não é novidade, há tempos observa-se discursos sobre o assunto (CURADO, 2013). Conforme Curado (2013, p. 609-610) “seu capítulo mais recente encontra-se na análise sobre a ocorrência de um processo de “desindustrialização” e seus efeitos para o desenvolvimento de longo prazo do país”.

Tanto os processos ocorridos no Brasil como na América Latina tiveram papel importante para a elaboração de teorias referentes ao desenvolvimento econômico, com destaque para a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal) (SILVA, 2012). Esta afirma que há um processo de industrialização diferenciado em relação aos países desenvolvidos e aos subdesenvolvidos, necessitando que haja teorias também diferenciadas para tal (MACEDO, 2007). Para a teoria da dependência, a periferia passa por um processo de dominação em relação às economias capitalistas, possuindo esta subordinação à divisão internacional do trabalho (CAIRIO, 2011).

Para Kaldor é impossível perceber o processo de desenvolvimento e crescimento sem a abordagem setorial, nomeando as atividades em crescentes e decrescentes (Thirlwall, 2005). O processo ocorre de forma acumulativa, através de fases, sendo a última fase a de bens de consumo de capital (FEIJÓ; LAMÔNICA, 2009). Já para Thirlwall (2005) as taxas de crescimentos dos países são diferentes devido às restrições de demandas adotadas nestes. Para o autor o setor externo é responsável pela expansão, porém é necessário saber sua capacidade de financiar o deficit no balanço de pagamentos (HERNANDEZ, 2005).

Observa-se que o processo de industrialização ocorre quando há absorção da mão de obra pelos setores da indústria bem como pelo de serviços (PALMA, 2005). Considerando que é necessária a fase da implementação dos bens de capitais, pois é através deste que ocorre a sustentação do processo de desenvolvimento (QUADROS, 1991). Já o processo de desindustrialização possui dentro de seu conceito maior a divisão entre positiva e negativa, possuindo diferenciações que dependem de condições qualitativas destes, influenciando no processo de desenvolvimento (SAMPAIO, 2012). Nas palavras de Oreiro e Feijó (2010, p. 220) “o conceito “clássico” de “desindustrialização” foi

definido por Rowthorn e Ramaswamy (1999) como sendo uma redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região”.

No Brasil o processo de industrialização iniciou-se com a desarticulação do setor agrário-exportador (VENTURIM, 2004). Passando a economia brasileira a depender, a partir da década de 1930, do mercado nacional. Com isso foi implementado o Processo de Substituição de Importações que provoca a dependência do crescimento da economia interna ao setor industrial (FONSECA, 2003). Percebe-se que a indústria no período que tange de 1950 a 1980 foi a responsável pelo crescimento econômico, sendo verificado neste período o mercado interno ativo, a diversificação e a integração da sua estrutura industrial (SARTI; HIRATUKA, 2011).

A década de 1980 foi marcada como sendo de consideráveis transformações em relação às décadas anteriores, em especial a década de 1970 (CARNEIRO, 2002). Esta década foi apontada pelo fim do financiamento externo e da derrota do Estado desenvolvimentista. Percebe-se neste período a suspensão das transferências tecnológicas a qual era feita através do financiamento externo (AREND, 2009). Conforme Carneiro (2002, pag.139) “A queda acentuada do ritmo de crescimento observada nesta década indica o esgotamento de um padrão cuja marca foi o excepcional dinamismo durante os anos da moderna industrialização após 1930 e, particularmente, desde meados dos anos 50”.

Desta maneira durante a década de 1990 houve a inserção da nova ordem do capitalismo global no Brasil. Agenda que foi expressa através de políticas de controle da inflação e dos ajustes neoliberais as quais provocaram uma forte recessão causando efeitos como a elevação do desemprego e a informalidade no mercado de trabalho nas grandes cidades brasileiras, ocasionando no processo de precarização do trabalho (ALVES, 2012).

Tendo em vista as condições que orbitavam na economia brasileira e a forma como foi estabelecida a reestruturação industrial na década de 1990 questiona-se: Qual o impacto da reestruturação ocorrido após o ano de 1990 nas relações de trabalho e na reversão da indústria?

1.1 Objetivo geral

Analisar como o processo de reestruturação da indústria brasileira após a década de 1990 impactou nas relações de trabalho e na reversão da indústria.

1.2 Objetivos específicos

I. Descrever o processo de industrialização e desindustrialização de forma geral, verificando as teorias de crescimento e desenvolvimento que convergem estes processos.

II. Apresentar os principais eventos do processo de industrialização no Brasil da sua origem até a década de 1970, bem como seus resultados.

III. Identificar como se estabelece o processo de reversão da indústria no Brasil, no período de 1980 a 2000 e seus impactos nas relações de trabalho.

1.3 Justificativa

A escolha do estudo sobre a reestruturação da indústria brasileira após a década de 1990 ocorre pelo fato desta ocasionar uma ruptura impulsionada pelas políticas neoliberais com o antigo modelo onde se verificava a grande atuação do Estado na economia, acreditava-se que este modelo estava esgotado. O intuito era que esta respondesse positivamente aos entraves vividos desde a década anterior, relacionada à instabilidade econômica.

Anseio que este trabalho contribua para uma melhor compreensão sobre a reestruturação da indústria na década de 1990 no processo de reversão da indústria bem como na relação de trabalho, ajudando a beneficiar tanto as instituições acadêmicas como as instituições voltadas para o mercado de trabalho, provocando também o interesse dos demais acadêmicos.

1.4 Metodologia

No segundo capítulo, a partir do interesse de analisar o processo de industrialização e desindustrialização o método principal a ser utilizado é o de investigação histórica, de acordo com Munhoz,

O método indutivo é aquele que, a partir da análise de fatos particulares, tende a gerar conclusões mais amplas, em relação a um universo maior. A própria denominação *indução* qualifica o processo de investigação como a aceitação da validade de generalizar-se comportamentos observados num campo mais restrito (1982, p. 23).

Portanto, será observado o processo de industrialização e desindustrialização de forma mais geral, bem como as teorias de desenvolvimento e crescimento.

No terceiro capítulo foi utilizado o método objetivo para apresentar os fatos de forma concreta e através da realidade processo de industrialização no Brasil (MUNHOZ, 1982). E para obter uma melhor concepção das mudanças ocorridas neste contexto serão utilizados dados secundários coletados no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

E no quarto capítulo, também foi utilizado o método objetivo para identificar o processo de reversão da indústria no Brasil e para analisar os seus impactos nas relações de trabalho foram utilizados dados secundários coletados no Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA).

2 PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM O TRABALHO

2.1 Relação da industrialização com o desenvolvimento e o crescimento

Antes de tudo é importante ter em mente que a desenvolvimento inclui dois aspectos sendo estes a elevação da riqueza material de um país ou região e o aumento do bem-estar econômico de seus cidadãos (COMIN, 2009). Conforme Cano,

Desenvolvimento é o resultado de um longo processo de crescimento econômico, com elevado aumento da produtividade média, sem a qual o excedente não cresce o bastante para acelerar a taxa de investimento e diversificar a estrutura produtiva e do emprego. Esse processo intensifica a industrialização e urbanização para transformar de maneira progressiva as estruturas sociais e políticas do país (CANO, 2012, p. 2).

Kaldor identifica a grande importância da indústria para o desenvolvimento econômico (FEIJÓ; LAMÔNICA, 2009). Conforme Feijó e Lamônica (2009, p. 61) “uma estrutura industrial mais sofisticada tecnologicamente apresenta encadeamentos intra e inter setores mais sólidos e complexos, possibilitando um potencial de crescimento maior para a economia”.

Este destaca em sua teoria quatro estágios, onde busca demonstrar que o processo de industrialização ocorre de forma acumulativa. Partindo dos bens de consumo para os bens de capital, ou seja, de simples demanda doméstica para produção industrial direcionada a exportação. São estas, (1) fase caracterizada pelo surgimento da indústria local para a produção de bens de consumo, representada por um crescimento acelerado, a qual se esgotaria quando o processos de substituição de importações tivesse estabelecido; (2) para manter a demanda e a ampliação da especialização é necessário a exportação de bens de consumo excedente; (3) a fase começará quando o país estiver apto para a substituição de importação de bens de capital e por último; (4) a exportação desses bens de capital pelo país (FEIJÓ; LAMÔNICA, 2009).

Kaldor formulou leis que tem como objetivo explicar a dinâmica das economias capitalistas, dando foco na diferença na taxa de crescimento entre os países. São subdividas em quatro, sendo estas, (1) a relação positiva entre crescimento da indústria e

o crescimento do produto agregado, onde será constatado que quando maior for a taxa de crescimento da indústria maior será a taxa de crescimento do produto agregado, (2) a relação positiva entre a taxa de crescimento da produtividade na indústria de transformação e o crescimento do produto industrial, onde se observa que quanto maior for a taxa de crescimento da indústria de transformação maior será a taxa de crescimento da produtividade; (3) quanto maior a taxa de crescimento das exportações, maior será o crescimento do produto e; (4) o crescimento da economia é restringido pela demanda e não pela oferta, onde a restrição da demanda ao crescimento do produto numa economia aberta é o balanço de pagamentos (FEIJÓ; LAMÔNICA, 2009).

Os países avançados possuem desenvolvimento equilibrado devido os ajustes na taxa de lucro que ocasionam em distribuição de renda e da taxa de poupança. Com o passar do tempo a taxa de lucro e a distribuição da renda tornam-se constantes, ocasionando no aumento no nível dos salários reais como também da produtividade. Já em relação aos países subdesenvolvidos Kaldor não se aprofundou muito, destaca que o desenvolvimento nestes países vem junto com a concentração de renda (BRESSER-PEREIRA, 1975).

O modelo de Thirlwall é de crescimento econômico diferenciado onde é abordando vários ângulos sobre o assunto e a perspectiva keynesiana, tendo como base as funções de demanda que determinam o comércio internacional. Para o autor as restrições de demanda são determinantes para as diferenças nas taxas de crescimento dos países (HERNÁNDEZ, 2005).

Sua principal lei é em relação à expansão de uma economia que se torna reduzida pelo equilíbrio da conta corrente do balanço de pagamentos no longo prazo. Para chegar neste ponto os países utilizam formas variadas de capacidade produtiva, provocando o ajustamento das discrepâncias através de movimentos ocasionados tanto do emprego como da produção, denominado como crescimento diferenciado. O setor externo é de grande importância para a expansão no longo prazo, mas é preciso levar em conta o limite na capacidade de cada país financiar o déficit no balanço de pagamentos resultante da demanda (HERNÁNDEZ, 2005).

Observa-se que no longo prazo a manipulação da taxa de câmbio sobre o crescimento possui efeitos nulos, destaca que não é importante levar em conta o peso do comércio internacional como forma de dinamizar a economia para sua teoria. O modelo de Thirlwall possui diversas críticas (HERNÁNDEZ, 2005).

Tanto para Kaldor como para Thirlwall o crescimento produzido através das exportações é dependente da estrutura produtiva estabelecida em cada país (FEIJÓ; LAMÔNICA, 2009).

A Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) obteve grande influência na América Latina nas décadas de 1945 a 1961, através de autores como Raúl Prebisch na Argentina e Celso Furtado no Brasil, tendo grande importância para as reflexões em todo o mundo (MACEDO, 2007). Trata-se de uma forma única de compreensão da história da América Latina (BIELSCHOWSKY, 2000).

É dividida a organização a nível mundial do trabalho em dois blocos sendo estes: (1) o centro formado pelos países industrializados e; (2) a periferia constituída pelos países fornecedores de insumos, matérias-primas e produtos agrícolas (CURADO, 2013). Acreditavam que a periferia deveria enfrentar os obstáculos ocasionados das relações com o centro, através de mudanças nas relações como a estrutura de comércio, reorientação de investimentos e a propagação da técnica moderna (MACEDO, 2007). Nas palavras de Bielschowsky,

Ou seja, em suas características centrais, o processo de crescimento, emprego e distribuição de renda na periferia seria distinto do que ocorre nos países centrais. As diferenças devem ser encontradas no fato de que as economias periféricas possuem uma estrutura pouco diversificada e tecnologicamente heterogênea, que contrasta com o quadro encontrado na situação dos países centrais. Neste, o aparelho produtivo é diversificado, tem produtividade homogênea ao longo de toda sua extensão e tem mecanismos de criação e difusão tecnológica e de transição social de seus frutos inexistentes na periferia (BIELSCHOWSKY, 1998, p. 22).

Portanto, a política econômica Cepalina afirma que os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento são distintos, por consequência precisam de teorias diferentes, assim a Cepal abre mão das teorias ortodoxas. Possui algumas limitações referentes ao excessivo foco dado ao plano estrutural produtivo e as relações comerciais entre o centro e a periferia (MACEDO, 2007).

Raúl Prebisch tinha em seu discurso certa empolgação em relação à industrialização da América Latina, focando principalmente nas políticas econômicas como seu alvo. Obtinha a tese de deterioração dos meios de troca entre os produtos primários exportados da periferia e os produtos manufaturados dos países do centro, onde criticava a queda dos preços primários em relação aos manufaturados (MACEDO,

2007). Os países desenvolvidos obtêm ganhos de produtividade que acarretam em elevados salários e de lucros, pelo fato destes beneficiarem de nível sindical, práticas oligopolistas e elevação dos lucros, diferente do ocorrido nos países em desenvolvimento onde os ganhos de produtividades ocorridos através da abundância de mão de obra, só provocam a queda dos preços e a inexistência adicionais de remuneração (COMIN, 2009). Esta tese obteve críticas pelas suas estatísticas e parte analítica (MACEDO, 2007). Conforme Bielschowsky

A agenda de reflexão e investigação inaugurada por Prebisch em 1949 compunha-se essencialmente do diagnóstico da profunda transição que se observava nas economias subdesenvolvidas latino-americanas, do modelo de crescimento primário-exportador, hacia afuera, ao modelo urbano-industrial, hacia adentro (BIELSCHOWSKY, 1998, p. 20).

Celso Furtado também era contra a teoria tradicional, porém pretendia construir uma teoria de desenvolvimento. Tem por objetivo assinalar a funcionalidade em relação aos mecanismos econômicos dos países subdesenvolvidos e desenvolvido (MACEDO, 2007).

Para melhor entender o desenvolvimento vivido na América Latina, autores desenvolveram a teoria da dependência, onde verificam esta relação de dependência com os países do centro (CARIO, 2011). Nas palavras de Almeida

(...) pode-se dizer que o conceito de dependência surgiu como resultado do processo de discussão sobre o tema do desenvolvimento e do subdesenvolvimento e foi objeto de estudos de economistas, sociólogos e cientistas políticos das mais diferentes nacionalidades e vinculações institucionais, com os mais distintos pontos de vistas e approach metodológicos (ALMEIDA, 2009, p. 76).

Destaca que para Gunder Frank o subdesenvolvimento é ocasionado pelo próprio processo histórico do capitalismo, que no passar do tempo vai dando forma às relações econômicas. Marini parte também do mesmo princípio, destacando que o processo de industrialização dos países desenvolvidos deve-se a contribuição dos países da periferia,

através de fornecimentos de produtos primários que diminuiram tanto os custos de mão de obra quanto elevaram os excedentes destes (CARIO, 2011). Conforme Almeida,

A idéia de Frank é que as relações atrasadas que estruturaram a vida econômica, política e social interna dos países latino-americanos são produzidas por um processo histórico único e se engendram na esteira do próprio desenvolvimento do sistema capitalista mundial ao longo de seus diferentes estágios. Em seu modo de ver, a situação econômica da América Latina não tem qualquer relação com a existência de resquícios feudais ou mesmo com a ausência de capital como queriam alguns estruturalistas (ALMEIDA, 2009, p. 84).

Ocorre outra corrente dentro da Teoria da Dependência, formada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, para os autores a superação em relação à dependência está condicionada a articulação entre os países hegemônicos e as forças sociais nacionais, onde o processo de desenvolvimento seria o industrializante-associado (DUARTE; GRACIOLLI, 2006).

A partir da concentração de capital internacional através investimentos das multinacionais, a periferia tornou-se ainda mais dependente, por consequência obteve a destruição e degradação das suas economias como também a exploração (CARIO, 2011). Nas palavras de Laplane,

(...) os desequilíbrios geográficos entre produção e consumo ensejaram desajustes insustentáveis, conforme foi constatado no estouro da crise em 2008 (...). A crise também tornou explícito o elevado custo social da perda de elos da produção e de empregos industriais em países da Europa, no Japão e nos Estados Unidos. A redução de salários reais e dos benefícios trabalhistas não foi suficiente para evitar a migração de investimentos e de empregos para os novos polos industriais. Nos países desindustrializados a crise tornou evidente a fragilidade de muitos dos empregos gerados no setor de serviços, acompanhando a expansão do crédito e do consumo (LAPLANE, 2012, p. 27).

A indústria contemporânea está embasada nos resultados das políticas neoliberais de 1989 e da crise de 2008, estes fatos ocasionaram na reorganização a nível mundial da indústria. A reorganização industrial global proporcionou aumento de estímulos voltados para o crescimento quanto para a acumulação, porém teve consequências não tão boas (LAPLANE, 2012).

2.2 Processo de industrialização

O processo de industrialização possuiu uma sequência sendo esta primeiramente a queda da participação da agropecuária e das atividades primárias que posteriormente acarreta na expulsão do campo para a cidade da mão de obra, como consequência há o aumento do setor da indústria e dos serviços, porém em menor medida, provocando assim o processo de industrialização (BONNELLI, 2005).

Como bem explicado por Palma (2005, p. 1-2) “dois processos são deflagrados: um em que a mão de obra começa a ser liberada da agricultura; e outro na qual a mão de obra é absorvida progressivamente por outros setores da economia (...)”. Durante essa nova fase, geralmente chamada de fase de “industrialização”, a mão de obra é absorvida principalmente pela indústria e serviços”. Entende-se por industrialização como sendo a forma para transformar a estrutura tanto política como social de um país (CANO, 2014).

É considerado o processo de industrialização como o esforço de um país dirigido para a implementação da indústria pesada, ou seja, o setor que envolve a produção de bens de capital. A partir deste é possível à sustentação do desenvolvimento, este caso é verificado em países como os Estados Unidos, Rússia e Japão, podendo ocorrer também de forma espontânea como na Inglaterra a partir da Revolução Industrial (QUADROS, 1991). Nas palavras de Quadros

Este é o setor que sustenta todo o processo de desenvolvimento, pois é o ramo de bens de capital que capacita uma economia a implementar o progresso técnico e difundi-lo por toda a estrutura econômica, através de novos equipamentos mais eficientes que os já instalados, assegurando ganhos de produtividade e a redução dos custos unitários dos bens e serviços produzidos (QUADROS, 1991, p. 2-3).

Foi desencadeado o processo de industrialização no século XIX com a liderança da Inglaterra sendo esta seguida por alguns países, onde mais tarde acabou liderada pelos Estados Unidos no século XX (CANO, 2014). Através da introdução da mecanização da produção têxtil, ou seja, produtos de bens de consumo não duráveis, sendo finalizada com a implementação de produtos de bens de consumo duráveis como máquinas a vapor, máquinas têxtil entre outros (QUADROS, 1991). Segundo Quadros

A tecnologia da Revolução Industrial é extremamente simples, com a produção realizada em pequenas unidades fabris e baseada na mecânica e na energia a

vapor. Era acessível a um mecânico prático, capaz não só de operar os equipamentos, como também reproduzi-los (QUADROS, 1991, p. 3).

Foi em meados da década de 1870 a partir da Grande Depressão a qual atingiu mundialmente as economias, que ocorreu a mudança na estrutura das indústrias, tendo como ponto de partida os países recentemente industrializados, liderados pelos Estados Unidos (QUADROS, 1991). Conforme Silva e Laplane (1994, p. 82) “a internacionalização das empresas norte-americanas foi o veículo importante desse desdobramento”.

O processo de industrialização foi estabelecido nas últimas décadas do século XIX e completando no século XX. Tem como características a centralidade e concentração do capital, monopolização, crescimento das unidades produtivas e o surgimento da produção fabril de bens de consumo duráveis (QUADROS, 1991).

Neste período acontece uma expansão de bens duráveis bem como dos automóveis, influenciada pela forma padrão de consumo dos Estados Unidos, juntamente com o crescimento das matérias primas sintéticas no lugar das naturais, expandindo assim o setor petroquímico. Há um aumento da estrutura de produção com firmas de oligopólio e transnacionais que acarretam no aumento na intensidade de capital nos processos produtivos e na produtividade de trabalho. A inserção da força de trabalho acontece através de transformações, devido ao processo de urbanização que proporcionou a escolaridade formal, o aumento da participação das mulheres e diminuição dos jovens. (CACCIAMALI, 1991). Conforme Cacciamali,

A estrutura ocupacional refletiu estas mudanças movendo-se de ocupações inseridas na agricultura e pouco qualificadas na área urbana para ocupações tipicamente urbanas nas funções técnico-administrativas e com maior qualificação (CACCIAMALI, 1991, p. 215).

Nas palavras de Quadros,

Agora, a tecnologia é bastante complexa, exigindo aplicação sistemática de conhecimento científico. Além disso, o acesso a esta tecnologia será enormemente dificultado pelo rígido controle exercido pelas grandes empresas monopolistas que o dominam. Ao que também se acrescentam as dificuldades decorrentes dos elevados volumes de investimento inicial necessários à sua implantação (QUADROS, 1991, p. 4).

Portanto, o novo padrão de industrialização apresenta um nível maior de dificuldade, devido ao controle rígido das empresas monopolistas, no qual acaba prejudicando no próprio processo de industrialização, tendo que apelar para o Estado para implementá-lo (QUADROS, 1991). Nos países considerados subdesenvolvidos não há inserção no processo no século XIX, possuindo ainda neste período relações pré-capitalistas onde não foi possível a dinâmica de acumulação e a homogeneização tanto econômica quanto social (CANO, 2014).

Na segunda metade da década de 1960, os países desenvolvidos já davam sinais de esgotamento do padrão industrial, pois é nítida a exaustão da eletromecânica a qual provoca a diminuição nos investimentos, saturação de consideráveis mercados e as pressões de custo de matérias-primas e de salários (SILVA; LAPLANE, 1994). Conforme Cacciamali

Diminuem os ritmos de crescimento do nível da atividade econômica e da produtividade do trabalho, caem às taxas de rentabilidade, observam-se aumentos nos níveis de capacidade ociosa e emergem pressões inflacionárias (CACCIAMALI, 1991, pag. 215).

Nos ano de 1970 os países desenvolvidos os sintomas do novo período vivido é de forte desaceleração do crescimento do produto industrial que teve por consequência a ociosidade na capacidade de produção bem como o estímulo a racionalização. Obtiveram apoio governamental através de políticas restritivas com o intuito de diminuir os efeitos causados pelo choque de petróleo que provocou respingos no nível de atividades e na balança comercial (SILVA; LAPLANE, 1994).

Já os países em desenvolvimento tiveram oportunidades para a ampliação industrial. Estas possuem diferentes formas, nos países exportadores de produtos naturais optou-se pela ampliação na capacidade de extração e do processamento destes. Na América Latina e na Ásia encontraram acesso no crédito e a tecnologia para completar a estrutura industrial de setores chamados pesado. Alcançando assim o padrão dominante, porém já esgotado em países centrais. Este processo acabou também gerando endividamento externo dos países em desenvolvimento (SILVA; LAPLANE, 1994). Nas palavras de Cano

Após o amadurecimento da industrialização nos países desenvolvidos, no início da década de 1970, a economia internacional entrou em crise. À medida que esta se aprofundava a hegemonia americana, ajudada pela Inglaterra, deu início ao que viria a ser chamado de Neoliberalismo e Globalização, com as políticas de desregulamentação comercial, financeira, dos contratos de trabalho (precarização e rebaixamento de seus custos), além das reformas previdenciárias e da minimização do papel do Estado (CANO, 2014, p. 4).

Na década de 1980 observam-se algumas dificuldades devido à instabilidade econômica, a qual foi necessárias mudanças estruturais para adaptações a este período. Os investimentos foram direcionados para novos produtos e processos (SILVA; LAPLANE, 1994). Através da implementação de um novo padrão tecnológico, a microeletrônica que proporcionou o agrupamento de indústrias e segmentos (COUTINHO, 1992). Como salientado por Coutinho (1992, p. 72) “a eletrônica substituiu a eletromecânica como base de automação, de tal forma que microprocessadores dedicados ou computadores dedicados passaram a guiar o sistema de máquinas ou parte deste”.

Os países desenvolvidos tiveram crescimento através das mudanças estruturais que resultou em transformações e revitalizações na indústria de transformação e de serviços, enquanto os países em desenvolvimento não obtiveram muitas oportunidades, pois era verificada armadilha da dívida, queda de commodities e as limitações referentes aos investimentos dos países desenvolvidos, ao crédito e a tecnologia. Os únicos setores que continuaram com incentivos foram os intensivos em energia e em recursos naturais (SILVA; LAPLANE, 1994). Como bem salientada por Cano

Na passagem para a década de 1980, no bojo dessas políticas e da necessidade de enfrentamento da crise, o mundo assistiu à jogada de mestre dos EUA, com sua draconiana política fiscal que quebrou todos os países internacionalmente endividados, tendo sido inclusive a antessala do desmoronamento do regime socialista (CANO, 2014, pag.4).

Com a recuperação da economia a nível mundial em 1984, os países industrializados recentemente viviam condições diferentes, apesar de estes obterem aumento nas exportações de manufaturados provocando o crescimento econômico, mas a Ásia e a América Latina tomaram rumos diferentes. A Ásia obteve produtos mais complexos, intensivos em tecnologias, com valor agregado e em mercados mais sofisticados, enquanto os países da América Latina permaneciam com suas exportações

de commodities e manufaturados tradicionais, mantendo suas economias estagnadas (CACCIAMALI, 1991).

Portanto no final da década de 1980, os países industrializados e os que se industrializaram recentemente como os do sudeste asiático conseguiram rebater positivamente as transformações geradas pelos novos critérios de competitividade internacionais impostas, conseguindo interagir na disputa por mercados internacionais. Através da difusão de inovações tanto de produtos como de processos a qual proporcionou o aumento do padrão de qualidade e produtividade a nível mundial da indústria (KUPFER, 1998).

Na década de 1990 surgem questões a respeito do beneficiamento da liberalização dos mercados que apontavam uma redução da pobreza bem como o encurtamento da distância entre os países pobres e ricos, a qual foi verificada infundada. A mundialização também foi considerada como propulsora da elevação da desigualdade entre e dentro dos países (COMIN, 2009).

2.3 Processo de desindustrialização

O peso da indústria pode diminuir à medida que aumente o grau de desenvolvimento ou pela política econômica geral, provocando a perda relativa da indústria, a qual ocasionará o processo de desindustrialização (BONNELLI, 2005).

O processo de desindustrialização pode ser entendido como a perda da participação do valor adicionado ou do emprego total, levando em conta os fatores internos e externos bem como a sua trajetória histórica, institucional e tecnológica (SAMPAIO, 2012). Nas palavras de Sarti e Hiratuka

A desindustrialização seria identificada não apenas com a perda de importância da indústria do PIB ou no emprego total, mas também a partir de mudanças na estrutura de produção da indústria, em particular pelo maior participação de setores mais intensivos em recursos naturais e com menor capacidade de encadeamentos produtivos e tecnológicos vis-à-vis setores mais intensivos em capital, conhecimento e tecnologia e assim com maior capacidade de encadeamentos (SARTI; HIRATUKA, 2011, p. 7).

Portanto, conforme Bonnelli e Pêsoa (2010, p. 32) “a fase da perda da participação relativa da indústria é denominada - especialmente no caso dos países de industrialização avançada de desindustrialização”.

Este processo tem consequências tanto na produção como no emprego, ocasionando um complicado conjugado de fatores e processos, são estes: (1) fortes ganhos de produtividades na produção industrial em vários países; (2) mudanças nos padrões de comércio onde é verificado o aumento da concorrência de produtos oriundos de países em desenvolvimento; (3) mudanças de preços relativos pelo fato de ocorrer à introdução de tecnologias novas, economias de escalas e especialização e ganhos de produtividade e; (4) terceirização de atividades a qual provoca a diminuição da mão de obra na produção industrial (BONNELLI; PÊSSOA, 2010).

Os países desenvolvidos passaram por um processo de desindustrialização em meados da década de 1970, enquanto os países pertencentes ao grupo dos subdesenvolvidos teriam passado pelo processo na década de 1990 (OREIRO; FEIJÓ, 2010). De acordo com Sampaio (2012) os países desenvolvidos possuem desindustrialização positiva e os países subdesenvolvidos desindustrialização negativa.

2.3.1 Desindustrialização positiva

Nos países desenvolvidos a desindustrialização positiva é caracterizada como sendo a perda da proporção no Produto Interno Bruto (PIB) da indústria de transformação onde se observa o seu crescimento menor que a do setor de serviços, mas mesmo assim a indústria de transformação continua crescendo com altos investimentos, produtividade e competitividade no meio internacional (CANO, 2014).

A desindustrialização positiva pode vir a ser acompanhada de aumento dos produtos com grau maior de tecnologia e maior valor adicionado nas exportações (OREIRO; FEIJÓ, 2010). Com aumentos na produtividade da indústria maior que a do setor de serviços (SAMPAIO, 2012). É considerada como natural próprio do desenvolvimento econômico, provocado pelo aumento do padrão de vida (SILVA, 2012). A desindustrialização positiva não acarreta em desaparecimento da indústria, apenas há uma redução de sua proporção no PIB mesmo com a transferência do emprego industrial (SILVA; LOURENÇO, 2014). De acordo com Cano

Ao atingir esse elevado padrão, a estrutura produtiva e a do emprego passam a mover-se no sentido de expandir, modernizar e diversificar ainda mais os serviços, mais que a agricultura e a indústria de transformação, caindo o peso relativo de

ambas, perdendo posição para os serviços. Assim é que se deve entender por desindustrialização em um sentido positivo ou normal (CANO, 2014, p. 3).

Portanto, a desindustrialização está relacionada com fatores internos, onde se observa o aumento da produtividade, esta ligada ao progresso técnico no setor de manufaturas (SAMPAIO, 2012). O qual provoca a queda do emprego industrial, sendo este absorvido pelos serviços (PALMA, 2005). Nas palavras de Silva e Lourenço

(...) a industrialização no sentido natural não implica o desaparecimento da indústria. A importância da indústria é reduzida apenas em termos relativos. Isto é, apesar do emprego industrial ser reduzido de fato, os países que passaram por tal processo continuam tão industrializados quanto antes (SILVA; LOURENÇO, 2014, p.545).

O processo de desindustrialização positiva percorre quatro etapas para sua realização são estas: (1) alcance elevado de renda per capita; (2) indústria de transformação alcança nível de maturidade, esgotando possibilidades de desenvolvimento econômico; (3) expansão, modernização e diversificação do produto e do emprego no setor de serviços, sendo este maior que na indústria de transformação e na agricultura e por último; (4) elevadas elasticidades renda da demanda por exportação versus as elasticidades renda das importações (SILVA; LOURENÇO, 2014). Nos países Asiáticos considerados como de indústria madura, o processo de desindustrialização foi realizada de forma virtuosa, pois atingiu os setores mais intensivos em tecnologia (SAMPAIO, 2012).

2.3.2 Desindustrialização negativa

A desindustrialização negativa é um fenômeno onde à indústria passa pelo processo de desaceleração e perda de posição tanto relativa como absoluta, antes mesmo que a estrutura industrial tenha conseguido alcançar a maturidade, ou seja, antes de ser atingida a renda per capita ideal (SILVA; LOURENÇO, 2014). Ocorre queda no crescimento da indústria, provocando a redução na participação mundial, no investimento, tendo por consequência queda na produtividade, na competitividade tanto externa como

interna e nas exportações de manufaturados (CANO, 2014). Que conforme Silva e Lourenço

A desindustrialização precoce, além de reduzir os ganhos dinâmicos de escala, reduz o ritmo do progresso técnico e, portanto a competitividade da indústria nacional vis a vis os produtos importados. Tal efeito opera no sentido de especializar a economia em produtos de baixo valor agregado e de baixa elasticidade renda da demanda o que enrijece a restrição externa e assim limita o crescimento no longo prazo (SILVA; LOURENÇO, 2014, p. 545).

Sua estrutura produtiva pode ser regredida tendendo a ocorrer em países com recursos naturais ou com influências de políticas macroeconômicas adotadas com o intuito de liberalizar as finanças e o comércio (SILVA; LOURENÇO, 2014). De acordo com Silva

Assim, a regressão industrial precoce de tais países é identificada com a abertura comercial e financeira, reformas institucionais, processos de privatização e desregulamentação do investimento estrangeiro (IDE), dificultando a transição de tais economias (SILVA, 2012, p. 72).

Portanto, nos países da periferia a desindustrialização ocorre de forma diferente, tendo como influência os processos de abertura comercial ocorridas nos anos 1980 e 1990. Nos países da América Latina e da África que possuem menor intensidade tecnológica, o processo de desindustrialização foi considerado precoce (SAMPAIO, 2012). Observa-se que a desindustrialização ocorreu nos países da América Latina quando estes ainda possuíam uma renda per capita menor que a dos países desenvolvidos. A indústria obteve nível inferior tanto no emprego como na produção em relação aos países de economias avançadas (SILVA; LOURENÇO, 2014).

Uma causa específica na desindustrialização negativa é a doença holandesa¹, que tem como características por um lado a existência de produtividade na produção de bens primários, a qual acarretará na apreciação cambial tendo como consequência a

1

Doença holandesa está associada à alta produtividade dos bens primários para exportações juntamente com apreciação cambial que resultaria em dificuldade para que os setores manufaturados e intensivos em tecnologia se inserissem no mercado, provocando a importação destes e a regressão da indústria nacional.

diminuição da competitividade do setor manufatureiro e a especialização no setor de bens primários, onde se encontra maior vantagem comparativa (SILVA, 2012).

3 OS PROCESSOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: PRINCIPAIS EVENTOS

3.1 Debate teórico sobre a industrialização

O debate entre o modelo mercantil-exportador e o projeto de industrialização começa no fim do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. As atividades primárias estavam respaldadas nas justificativas ideológicas da teoria clássica, em especial as teorias ricardianas sobre as vantagens comparativas e da crença do progresso técnico através da cadeia do comércio internacional (CEPÊDA, 2010). Conforme Cepêda (2010, p. 120) “no debate brasileiro do final do século XIX os argumentos da Escola Clássica fortaleceram a convicção de que a vocação de nosso sistema econômico era determinada pela atividade agrícola”.

Verificava a situação favorável do Brasil neste período na cultura do café, devido à oferta deste passar por dificuldades em outros países e pela abundância de mão de obra ocorrida através de imigração. A partir da inflação de crédito foi propiciado um aumento deste para a abertura de novas terras e elevação dos preços dos produtos em moeda nacional devido à depreciação cambial. A economia cafeeira possuía um mecanismo de defesa, a qual este proporcionava vantagens relativas elevadas que induzia o empresário aumentar ainda mais sua produção, não sendo direcionada para outros setores (FURTADO, 1961). Nas palavras de Furtado (1961, p. 203) “o mecanismo de defesa da economia cafeeira era, em última instância, um processo de transferência para o futuro da solução de um problema que se tornaria cada vez mais grave”.

Com a crise de 1929 o mecanismo mostrou-se vulnerável estabelecendo uma situação de desequilíbrio entre a oferta e procura, pelo fato de ter aumentado a produção de café, mas não ter ocorrido o mesmo com as exportações, permanecendo estas estabilizadas (FURTADO, 1961). A economia cafeeira tinha hegemonia no país sendo responsável pela subordinação de outras atividades. Neste período não havia um processo de industrialização, mas sim um setor considerado mercantil (SILVA, 2012).

Devido o momento de depressão vivido observa-se a redução da renda monetária no país como consequência as importações também diminuíram, dando espaço para o setor interno, gerando melhores oportunidades (FURTADO, 1961). Conforme Furtado (1961, p. 220) “cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia

brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital”. Dando início do Processo de Substituição de Importações, onde o crescimento da economia passa a depender o setor industrial, sendo este responsável tanto pelo emprego quanto pela renda (FONSECA, 2003). Nas palavras de Fonseca

Assim, se na República Velha o setor industrial crescia induzido pelo crescimento e pela diversificação do setor exportador, a partir de meados da década de 1930 a economia retomou o crescimento do produto a despeito da crise do setor exportador, sob a liderança dos setores voltados ao mercado interno (FONSECA, 2003, p. 2).

O Processo de Substituição de Importações é respaldado na teoria dos choques adversos da Cepal, sendo os choques os responsáveis pelas mudanças do modelo (FONSECA, 2003). Conforme Fonseca (2003, p. 133) “o estrangulamento externo tornava-se, portanto, o principal fator desencadeador da substituição de importação”. A partir da evolução do Processo de Substituição de Importação, este se torna cada vez mais complexo, pelo fato deste necessitar substituir cada vez mais as importações com tecnologias mais avançadas (FONSECA, 2003). Nas palavras de Castro

(...) o MSI defendia três papéis fundamentais para o Estado: o de indutor da industrialização, através da concessão de crédito e do uso intensivo de instrumentos cambiais, restrições quantitativas e tarifárias; o de empreendedor, a fim de eliminar os principais “pontos de estrangulamento” da economia; e o de gerenciador dos escassos recursos cambiais, a fim de evitar a sobreposição de picos de demanda por divisas e crises cambiais recorrentes (CASTRO, 2011, p. 133).

Tendo o modelo de Substituição de Importações consequências ligadas as ineficiências relacionadas pelo incentivo distorcido para alguns setores, um viés ante exportador, com exceção de algumas atividades e o endividamento do Estado, este ocorrendo principalmente depois do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (CASTRO, 2011).

3.2 Os governos

As mudanças começaram a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas de 1930 a 1945, a qual inicia as políticas econômicas de recuperação causadas pela crise do café

(CANO, 2005). Sendo este o palco da mudança no marco institucional e regulatório, dando a entender que o governo buscava a industrialização, observa-se a aliança do Estado com trabalhadores urbanos, com determinados setores rurais e com os empresários nacionais, constituindo aqui a estratégia nacional de desenvolvimento (AREND, 2009). Assim sendo, a década de 1930 foi marcada por uma importante fase de diversificações industrial (VERSANI; SUZIGAN, 1990).

Em 1945 houve a queda de Getúlio Vargas, sendo substituído por Eurico Gaspar Dutra, a qual esteve no governo de 1946-1950 (VIANNA; VILLELA, 2011). Getúlio Vargas argumentava de forma crítica o mandato deste em relação à política anti-inflacionária e sua hierarquia de interesses socioeconômicos. Salienta que esta política ocasionava a redistribuição de poder e riqueza, sendo prejudicial à classe dos trabalhadores, dos empresários e instâncias do governo favorecendo a alta aliança (AREND, 2009).

O segundo mandato de Getúlio Vargas em 1951, resgata a ideologia desenvolvimentista e o projeto de industrialização. Pretendia a implementação de indústrias novas e superar pontos de estrangulamentos na energia e no transporte (AREND, 2009). Para isto recorreu à colaboração dos Estados Unidos através da criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) em 1951 (VIANNA; VILLELA, 2011). Nas palavras de Vianna e Villela

A CMBEU era fundamental para o sucesso das aspirações de desenvolvimento econômico do governo, por duas razões. Primeiro, asseguraria o financiamento de projetos que permitiram a superação de gargalos na infraestrutura econômica do país (marcadamente nos setores de energia, portos e transportes), fornecendo as divisas necessárias para essa finalidade (VIANNA; VILLELA, 2011, p. 9).

O governo tinha como estratégia a liderança da empresa pública, mas não excluía a estrangeira, esta era controlada em relação à entrada e sua participação. Mostrando forte ligação da sua estratégia desenvolvimentista as ideias Cepalinas. Em 1952 após eleições nos Estados Unidos, este passou a adotar uma política dura em relação a país que obtinham restrição ao capital estrangeiro, os nacionalistas ou dúbios. Com o fim da CMBEU, o Brasil passou pelo período onde não conseguia financiamentos e seu balanço de pagamento agravou-se, a alternativa foi os critérios de seleção do capital estrangeiro (AREND, 2009).

Jucelino Kubitschek refez a estratégia de desenvolvimento nacional. Neste período ocorre a transição da mudança do nacionalismo desenvolvimentismo para o desenvolvimentismo internacionalista (AREND, 2009). As mudanças foram feitas através do Plano de Metas que constituía de pesados investimentos públicos e privados na indústria e na estrutura, era financiado pela inflação, a qual era resultante de uma elevação monetária que financiava os gastos públicos e a elevação dos créditos financiava os gastos privados. A partir do Plano de Metas ocorre o aumento da participação do setor industrial e redução do setor agropecuário, provocando a implementação completa do departamento I, referente aos bens de capital (VIANNA; VILLELA, 2011). Sendo nítida a transição dos governos, a política econômica externa agora é ajustada na diplomacia dos Estados Unidos (AREND, 2009). Como bem salientado por Silva

Assim, em termos gerais, pode-se dizer que a década de 30 inaugura, no Brasil, um momento em que o desenvolvimento industrial ocorre por meio da substituição de importações, fenômeno que se mostrará presente na economia brasileira até 1980, com maior ou menor intensidade em diversas ocasiões distintas. Essa industrialização substitutiva de importações apresenta-se como uma forma de atender ao mercado interno em períodos de restrições e desequilíbrios externos e, em geral, foi apoiada por medidas do governo que visavam proteger a indústria nacional dos concorrentes estrangeiros, tais como as desvalorizações cambiais, o uso de controles e sistemas de licenças de importação, tarifas alfandegárias e, ainda, o uso de taxas múltiplas de câmbio (SILVA, 2012, p. 45-46).

Liderando assim os investimentos direcionados aos produtos de bens duráveis. Já o capital privado nacional tinha como finalidade a atuação do mercado de fornecedores e distribuidores da matriz (SILVA, 2014). Conforme Silva

Assim, afirma-se que, após 1955, o crescimento econômico brasileiro passou a estar em grande medida condicionando à entrada de capitais estrangeiros, tanto para financiar o crescimento da estrutura industrial, como para atualizá-la, ampliando a influência do capital internacional nas decisões de política econômica interna, além de intensificar a vulnerabilidade externa da economia (SILVA, 2012, p.49).

Portanto, as mudanças ocorridas conduzem a efeitos imediatos, porém encaminha para impactos a prazos mais longos (AREND, 2009).

Observa-se que o segundo mandato de Getúlio Vargas tinha como estratégia de desenvolvimento a busca da diminuição da importância do capital internacional nos centros internos de decisão, enquanto o mandato de Juscelino Kubitschek transmitiu a dinâmica interna para agentes externos, provocando a vulnerabilidade da estratégia anterior que pretendia a maior busca pela autonomia do processo de industrialização (AREND, 2009).

Estes impactos vieram na década de 1961-1964, através de desequilíbrios no Plano de Metas, onde era verificada a necessidade de estabilizar e conter a inflação para que se pudesse voltar a crescer (CÂNDIDO, 2014). Jânio Quadros mesmo recebendo o ônus de governo de Juscelino Kubitschek, não mudou a estratégia de desenvolvimento industrial do antigo governo que era de desenvolvimentista internacionalista (AREND, 2009). E lançou um plano com medidas de cunho ortodoxas, que foram bem aceitas pelos credores do Brasil e do Fundo Monetário Internacional (FMI), conseguindo a prorrogação da dívida externa (VILLELA, 2011).

Com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, assume o governo João Goulart (VILLELA, 2011). Este adotou políticas externas mais rígidas aos capitais internacionais, ocasionando em tensões entre o capital nacional e o estrangeiro (AREND, 2009). Conforme Arend

Nestes termos, tal qual o ocorrido no segundo governo de Vargas, a definição de um marco regulatório que impunha limites ao movimento do capital internacional implicou o distanciamento das relações do governo brasileiro com o norte-americano, com as agências internacionais de financiamento, com os oligopólios estrangeiros e com as classes sociais internas vinculadas aos interesses do capital internacional (AREND, 2009, p. 148).

O clima de instabilidade não muda nem com a criação do Plano Trienal com intuito de controlar o processo inflacionário. João Goulart acreditava em um desenvolvimento econômico e social sem a dependência do interesse externo (AREND, 2009).

Em 1964, os militares assumem o poder (AREND, 2009). Foi marcado este período pela continuidade no modelo da política econômica. Nas palavras de Arend

(...) a partir de 1964, desenvolveram-se mecanismos que estimularam a captação de poupança externa, disponível no cenário internacional, basicamente por meio de investimentos e empréstimos em moeda. A crescente liquidez financeira internacional, aliada à reafirmação da estratégia desenvolvimentista-internacionalista, levou o país a se reestruturar institucionalmente, em compasso

com a forma de liquidez financeira internacional. Tais afluxos de capitais externos tanto financiaram o crescimento econômico interno como contribuíram para equilibrar as contas externas (AREND, 2009, p. 157).

Entre 1964 a 1967 ocorre a fase de ajuste tanto conjuntural quanto estrutural da economia a partir do Plano de Ações Econômica do Governo (PAEG) e das reformas estruturais entre estes, o sistema financeiro, estrutura tributária, mercado de trabalho, enquanto no período que tange da década de 1968 a 1973 é caracterizada pela política monetária expansiva acompanhada de grande crescimento da economia, redução gradual da inflação e desequilíbrio externo (HERMANN, 2011).

Os resultados do PAEG foram à redução das taxas de inflação, mudanças institucional na economia do Brasil, onde o Estado retomou o controle das contas e a capacidade de intervenção, foi modernizado o sistema financeiro a fim de concretizar o crescimento econômico. Outros impactos referentes ao PAEG foram regressivos na distribuição da renda relacionado à redução do salário mínimo real e pela restrição monetária creditícia afetando as pequenas empresas (SILVA, 2012).

No ano de 1972, a economia dá sinais de que a indústria de bens duráveis é incapaz de sustentar por si mesma em um período longo. Já a recuperação da indústria de bens de produção acontece depois do crescimento da indústria de bens de consumo duráveis. É verificado quando se observa que a ampliação da indústria de bens de consumo duráveis diminui em 1972, enquanto a indústria de bens de produção amplia-se a partir de 1970 (CÂNDIDO, 2014).

A partir de 1974, os recursos externos ganham nova finalidade, a de internalizar setores da cadeia produtiva que não foram completados, entre estes destacam os bens de insumos básicos e bens de capital, que eram atendidos apenas pelas importações, e agora através do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (AREND, 2009).

Neste período o mundo estava vivendo um período de turbulências (SILVA, 2012). Com os dois choques dos preços do petróleo 1973-1979 que quadruplicaram o preço e o rompimento do acordo de Bretton Woods em 1971. No Brasil tomava posse o general Geisel 1973, tinha como realidade as pressões inflacionárias e o estrangulamento do balanço de pagamento, provocado pelo período do Milagre Econômico e do primeiro choque do petróleo (CÂNDIDO, 2014).

Como meio de enfrentar a crise internacional, criaram o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (CÂNDIDO, 2014). O II PND tinha como objetivo a ampliação

de insumos básicos com ajuda da empresa Estatal, o intuito era de ser autossuficiente até a década de 1980 (SILVA, 2012). A partir de 1974, os recursos externos ganham nova finalidade, a de internalizar setores da cadeia produtiva que não foram completados entre estes destacam os bens de insumos básicos e bens de capital, que eram atendidos apenas pelas importações (AREND, 2009). Conforme Arend

Afinal, com o II PND, buscou-se mais autonomia, redução dependência externa e internacionalização do setor de bens de produção sob o mando de empresas públicas e privadas nacionais. Também os recursos externos seriam destinados à implantação das empresas estatais, sendo as empresas privadas nacionais beneficiadas por financiamento interno subsidiado via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) (AREND, 2009, p.162).

Destaca que até o fim da década de 1970 o governo procurou interligar o sistema financeiro doméstico com o sistema financeiro internacional, os euro mercados e a expansão das empresas multinacionais, devido o ambiente externo de prosperidade (AREND, 2009). Nas palavras de Silva

Em 1979 ocorreu o segundo choque de preços do petróleo, gerando fortes pressões inflacionárias. Neste ano, revestem-se também as condições de financiamento externo, tendo em vista a expressiva elevação dos juros promovida pelo Fed numa tentativa de fortalecer o dólar e reafirmar sua hegemonia. Como a dívida externa brasileira havia sido firmada, em sua grande maioria, por taxas de juros flutuantes, o aumento dos juros impactou severamente o Balança de Pagamentos e as reservas brasileiras. Ademais, a situação fiscal do Estado não era nada confortável, tendo em vista a redução da carga tributária levada a cabo ao longo do II PND, o pagamento de juros elevados sobre a dívida interna – o país detinha reservas internacionais com rendimentos baixos, porém dívidas internas a juros elevados – e a delicada situação financeira das empresas estatais, as quais sofriam ainda os controles tarifários. Todos os desequilíbrios geraram a aceleração da inflação e deterioração tanto da situação fiscal do Estado, como do Balança de Pagamentos (SILVA, 2012, p. 55).

Portanto, com o segundo choque do petróleo, as taxas de juros internacionais se elevaram como consequência ocorre à recessão mundial, acabando com os financiamentos externos dos bancos privados. Esse cenário mostrou a debilidade interna do país, que tinha deterioração nas contas externas e internas (AREND, 2009).

3.3 Os planos

O Plano de Metas era dividido em cinco áreas, sendo estas, de energia, transporte, alimentação, educação e indústrias de base. Sendo o montante distribuído de tal forma, 71,3% do valor era para energia e transporte, a indústria de base ficaria com 22,3% e a educação e alimentação receberiam 6,4% (VILLELA, 2011). Também estava na meta do Plano a construção de Brasília. Observa-se que o Plano não continha definição de qual seria o mecanismo de financiamentos (ORENSTEIN; SOOCHACZEWSKI, 2014). Conforme Villela (2014, p. 37) “o principal mecanismo de financiamento do Programa de Metas foi à inflação, resultante da expansão monetária que financiava o gasto público e do aumento do crédito, que viabilizaria os investimentos privados”.

Foi considerado o Plano mais completo de investimento deste período, sendo bem sucedido na maioria das metas, tendo como resultado o aumento do crescimento, estabilidade de preços (ORENSTEIN; SOOCHACZEWSKI, 2014).

Com a queda da taxa de crescimento em 1962 e a inflação, foi criado o Plano Trienal. Tinha como objetivo o crescimento em conjunto com o combate a inflação e também com reformas de caráter social, as metas eram garantir a taxa de crescimento a 7% a. a, reduzir a taxa de inflação para 10% no ano de 1965, garantir o crescimento real dos salários com o mesma taxa de aumento da produtividade, implementar a reforma agrária e por último renegociar a dívida externa (VILLELA, 2011). Como resultado a tentativa de estabilização foram, o aumento da inflação anual de 83,25%, a economia cresceu 6,6% em 1962, mas obteve um retrocesso em 1963 onde cresceu apenas 0,6% (LACERDA, 2010).

O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi vigorado entre 1964-1967 juntamente com as reformas estruturais, através das propostas do ministro Roberto Campos ao presidente Castello Branco para superar a crise. Continha quatro medidas sendo estas, (1) o programa de ajuste fiscal com a base em metas de aumento da receita, sendo feitas a partir do aumento da arrecadação tributária e de tarifas públicas; (2) o orçamento monetário com previsão de taxas decrescentes de expansão dos meios de pagamento; (3) o controle do crédito ao setor privado através da limitação do crédito total às mesmas taxas de expansão definidas para os meios de pagamento e; (4) o mecanismo de correção salarial através do salário real médio do biênio anterior acrescentando a porcentagem do aumento da produtividade. Objetivo das metas era de diminuir a inflação

gradualmente, posteriormente voltar-se para as políticas de crescimento e desenvolvimento (HERMANN, 2011).

O Milagre Econômico vai de 1968 a 1973 marcados com sendo um período de crescimento pujante, a qual proporcionou a continuidade do processo de difusão da produção e do consumo de bens duráveis que teve início no Plano de Metas. Obtendo neste período a redução de forma moderada da inflação acompanhada de uma pequena melhora do balanço de pagamento. A política monetária teve expansão neste período o que necessitou de controles de preços feitos pela Comissão Nacional de Estabilização de Preços (CONEP), a qual foi substituída depois pela Comissão Interministerial de Preços (CIP). Foi criado também o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), não possuía metas para a inflação facilitando assim a implementação das políticas de crescimento (HERMANN, 2011).

E o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) no qual o período vai de 1974 a 1979, tinha como objetivo maior a captação do capital estrangeiro, com intuito de consolidar um modelo de capitalismo nacional, mantendo assim um equilíbrio entre as empresas nacionais privadas, as estatais e as estrangeiras (NONNENBERG, 2003). Buscando conquistar a partir deste maior autonomia, internacionalização do setor de bens de produção e a redução da dependência, através dos recursos externos pretendia implementar empresas estatais e como consequência ajudar as empresas privadas nacionais (AREND, 2009).

3.4 Resultados do processo de industrialização: concentração de renda e desigualdade social

A partir da década de 1950 percebe-se que os indicadores sociais não acompanharam o ritmo acelerado do crescimento econômico. É na década de 1960 que começam as primeiras estatísticas referentes à desigualdade na distribuição de renda, verificando neste período a sua continuidade (CACCIAMALI, 2002). Tendo sua forma mais expressiva o período de 1965 a 1967, acarretadas pela criação de reformas conservadoras (QUADROS, 1991). Nas palavras de Bonelli e Ramos (1993, p. 354) “o Brasil tinha experimentado entre 1960 e 1970 um aumento na concentração de renda sem precedentes”. Observa-se também conforme Cacciamali (2002, p. 14) “a massificação da escola que se inicia nos anos 40, não atingiu a maior parte da população”.

Observa-se que mesmo com o progresso técnico este veio acompanhado de concentração de renda para uma minoria (CÂNDIDO, 2014). De acordo com Cândido (2014, p. 138) “Apesar das altas taxas de crescimento registradas no período do “Milagre” foi feito mediante profunda concentração de renda e aprofundamento de problemas sociais dela derivados que apoiavam a própria expansão”. Com o cenário de crise da dívida e do processo de estagflação vividos na década de 1980, as questões de ordem distributivas foram deixadas de lado. Sendo retomadas para discussão na década de 1990, onde observa a retomada da estabilização do nível de preços (GANDRA, 2004). Nas palavras de Cacciamali

A concentração de renda continua a elevar-se ao logo dos anos 80 até o início dos anos 90. Este período caracteriza-se por elevada instabilidade econômica, mudanças e instabilidade institucionais, altas taxas de inflação e aumento do déficit público (CACCIMALI, 2002, pag. 18).

Com inflação e indexação a desigualdade de renda elevou-se, sendo estes importantes para transferir renda em favor da camada superior da população (CACCIAMALI, 2002). Conforme Barros, Henriques e Mendonça (2001, p. 23) “desigualdade que atravessou impassível o regime militar, governos democraticamente eleitos e incontáveis laboratórios de política econômica, além de diversas crises políticas, econômicas e internacionais”.

Observam-se debates referentes às décadas 1970 e de 1990 sobre o crescimento da concentração de renda. A década de 1970 obteve três importantes teorias, sendo estas a (1) de Fishlow sobre a compreensão salarial, destaca que a política do PAEG no governo militar juntamente com a destruição dos sindicatos gerou desgaste dos salários da classe trabalhadora, provocando a concentração da renda para minoria. Para este autor o governo é o culpado pela elevação da desigualdade; (2) de Langoni, destaca que a atenção estava voltada para a distribuição pessoal da renda, para o autor foi o crescimento econômico de forma acelerada o causador da elevação da renda, pois provocou dois efeitos o movimento de migração do setor agrícola para o setor industrial, sendo este de maior concentração de renda e o pífio sistema de educação que não é suficiente para qualificar a mão de obra para as novas tecnologias. Observa que o crescimento da desigualdade é natural e passageira e; (3) de Bacha, destaca que a partir da lógica de acumulação capitalista a posição na ocupação vai interferir na desigualdade

de renda. Concorde com a visão de Fishlow, pois acredita como este que o governo tem sua culpa perante a desigualdade (GANDRA, 2004).

Já a década de 1990 a discussão é apenas sobre um modelo tendo como maior autor Ricardo Paes de Barros com ajuda de outros autores. Estes destacam que a culpa da desigualdade de renda está relacionada com a ineficiência da educação que gera pouca oferta de mão de obra com qualificação. Seguem a visão de Langoni, mas de forma mais ampla adicionando as variáveis segmentação e discriminação. Aqui a desigualdade ocorre pelas imperfeições do mercado de capitais e pela péssima coordenação dos gastos públicos na educação. Observam também que as variáveis, salário mínimo, flutuação de demanda, desemprego e inflação são responsáveis pelas oscilações na desigualdade pessoal da renda (GANDRA, 2004).

A figura 1, demonstra o crescimento da indústria no Brasil com dados do período de 1950 a 1979, constata que no ano de 1950 a indústria representava 19,29%, permanecendo o crescimento nos anos seguintes chegando a atingir em 1960 a marca de 26,32% continuando a aumentar nos demais períodos, chegando ao ano de 1972 atingindo 30,37%. Passou a patamares de 33,12% no ano de 1978.

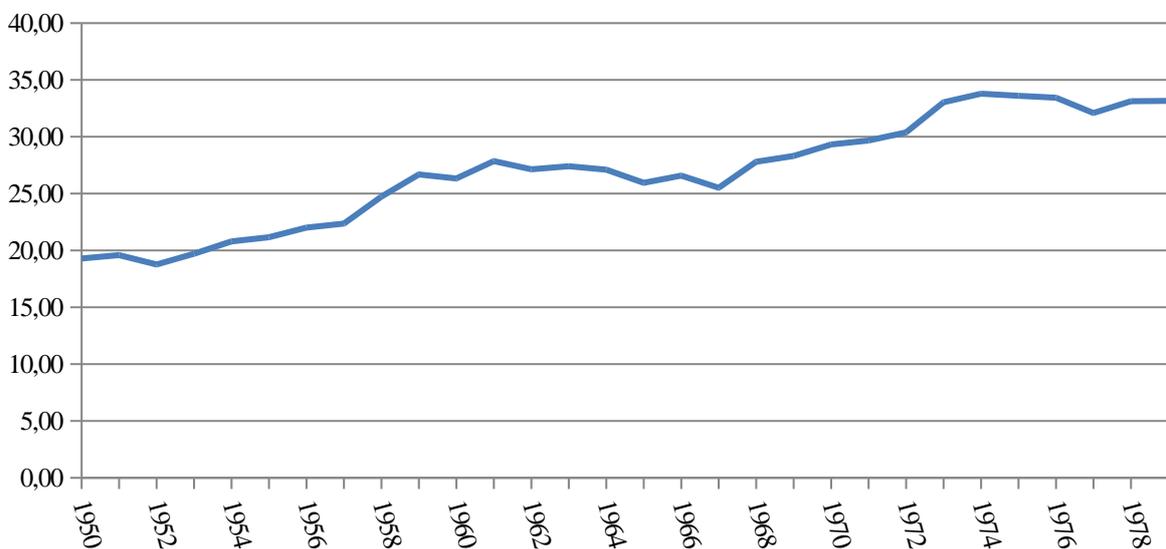


Figura 1 - Participação da Indústria de Transformação no PIB (%), 1950 - 1979.
Fonte: IPEADATA, 2015.

Verifica-se então que a indústria cresceu principalmente no período do “Milagre Econômico”, atingindo sua maior porcentagem na década de 1980 devido às consequências positivas do II PND, mostrando o grande crescimento da indústria neste período.

A figura 2 mostra o crescimento do PIB do Brasil do período de 1950 a 1979, observa-se que em 1950 o PIB é de R\$ 251.674,94 milhões permanecendo em crescimento nos anos seguintes atingindo a marca de R\$ 1.039.646,78 milhões em 1971, chegando a R\$ 1.832.177,57 milhões no ano de 1978.

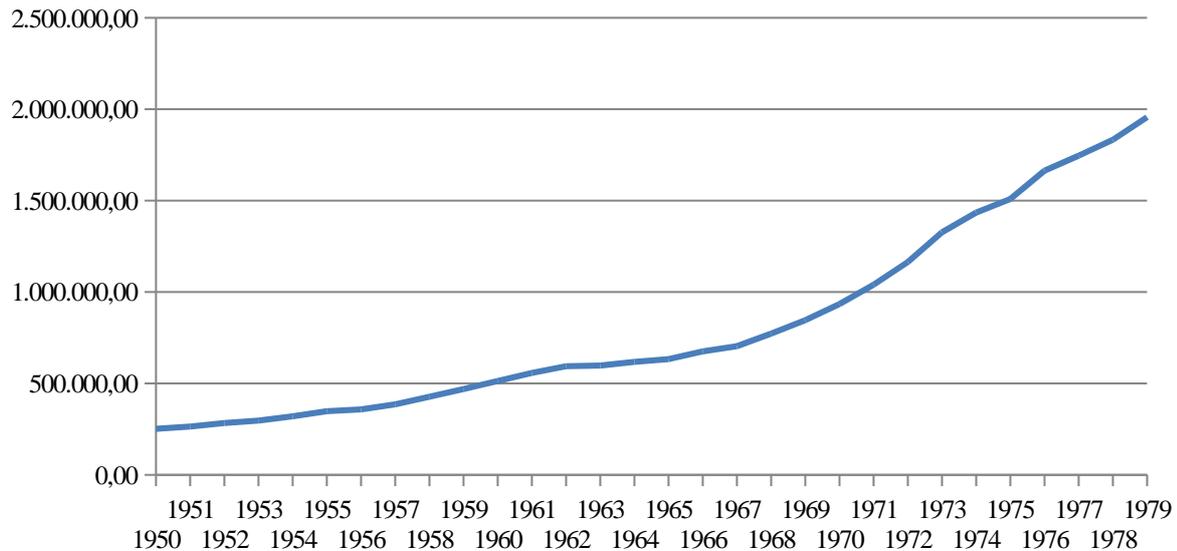


Figura 2 - PIB em R\$ milhões de 2013, 1950-1979.
Fonte: IPEADATA, 2015

A figura 3 mostra o crescimento do PIB per capita no Brasil no período de 1950 a 1979. O PIB per capita também se mostra crescente, no ano de 1950 atingindo R\$ 4,85 mil chegando a R\$ 10,03 mil em 1970 elevando-se até atingir R\$ 16,13 mil em 1978. Verifica que o crescimento foi constante tanto para o PIB neste período.

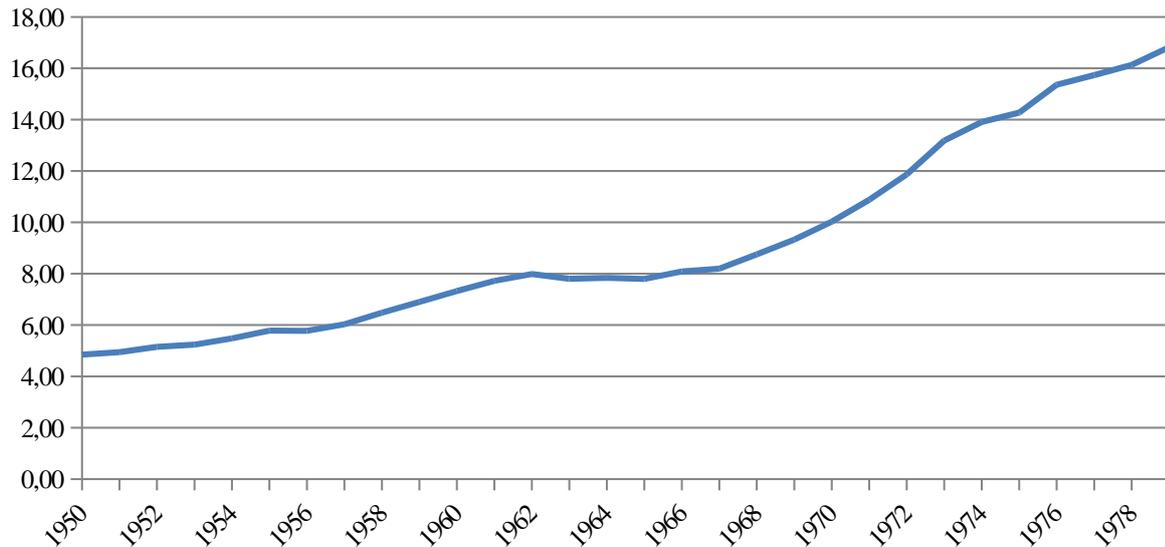


Figura 3 – PIB *per capita* em R\$ mil de 2013, 1950-1979.
 Fonte: IPEADATA, 2015.

A figura 4, sobre o coeficiente de Gini procura demonstrar o grau da desigualdade na distribuição de renda, podendo variar de 0 onde não há desigualdade até 1 onde há desigualdade, percebe-se que em 1960 o índice era de 0,540 tendo um aumento considerável nos anos de 1976 a 1977 chegando a marca de 0,620 decaindo nos anos posteriores de 1978 e 1979, porém mantendo a patamares superiores que no ano de 1960. Observa-se que apesar de este período conter crescimento da indústria, do PIB e PIB per capita, a desigualdade aumentou, não acompanhando período vigoroso das outras variáveis. Então se verifica que o crescimento no Brasil foi realizado sobre forte aumento da desigualdade.

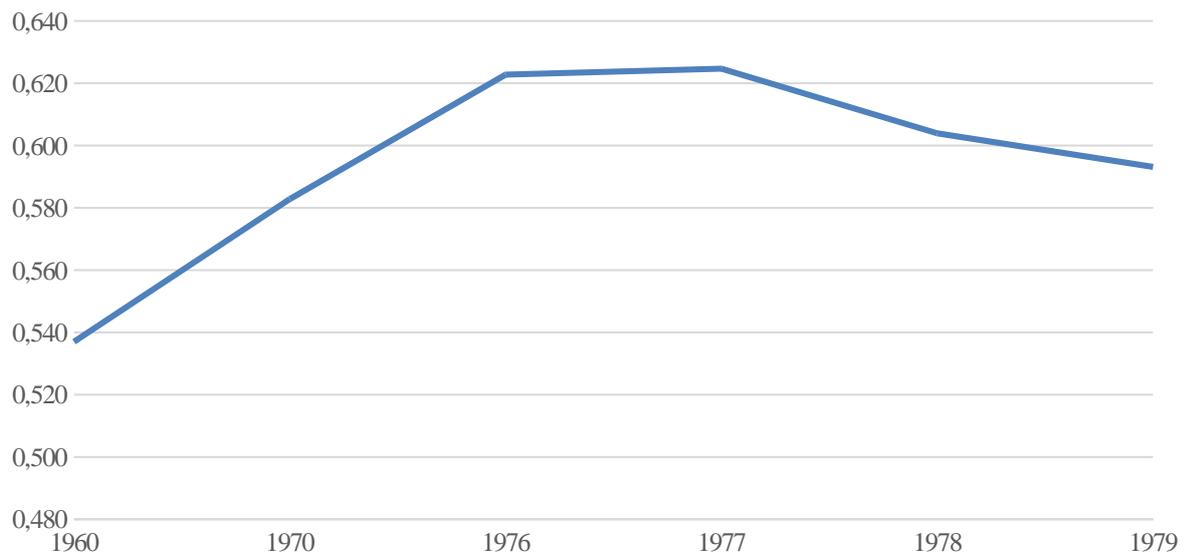


Figura 4 – Desigualdade de Renda – Coeficiente de Gini (%), 1960-1979.
Fonte: IPEADATA, 2015.

4 A REVERSÃO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO: A DESINDUSTRIALIZAÇÃO E A ESPECIALIZAÇÃO REGRESSIVA

4.1 A década de 1980

O último governo militar foi do general João Figueiredo (1979-1985), sendo verificada em seu mandato a grande disputa dos chamados desenvolvimentistas ou heterodoxos e dos ortodoxos, em relação qual política seria adotada. O ministro Simonsen defendia o ajuste fiscal, cortes nos investimentos não prioritários visando o melhoramento das transações correntes e o controle do endividamento externo, enquanto Delfim Netto e Mário Andreazza não concordavam com essa visão (LACERDA, 2010). Pois apesar de ocorrer forte crescimento neste período, a inflação começada elevar-se juntamente com o fraco desempenho das contas internas e externas, dando claros sinais ao governo que o II PND estava se esgotando (HERMAN, 2011). Nas palavras de Herman

No início de 1979, a economia brasileira entrava no 12º ano consecutivo de vigoroso crescimento e endividamento externo. O mercado internacional ainda se mostrava favorável a esse modelo de crescimento, mas começava a dar sinais de iminente mudança (HERMAN, 2011, p. 85).

No começo foram utilizadas as políticas desenvolvimentistas como o controle dos juros, indexação dos salários, desvalorização cambial, prefixação das correções monetária e cambial, a nível inferior de inflação de 1979. Dando ênfase à manutenção dos investimentos nas áreas de energia, exportação e de substituições de importações, sendo estas criticadas por ser inconsistente no longo prazo (LACERDA, 2010). Devido os episódios internacionais ocorridos na década de 1980, a estratégia desenvolvimentista-internacionalista provocou o esgotamento das condições institucionais essenciais para o funcionamento deste (AREND, 2009).

Em outubro de 1980 foi implementada a política restritiva, contendo modificações no salário (CARNEIRO; MODIANO, 2014). Tinha como objetivo o controle as despesas públicas e empresas estatais, a elevação da arrecadação do Imposto sobre as Operações Financeiras (IOF) e o Imposto de Renda (IR), a contração da liquidez real e de crédito, exceto na agricultura. Constata-se neste período uma política recessiva rigorosa (LACERDA, 2010). Chegando o produto industrial cair cerca de 10% em 1981, queda de

26,3% de bens de consumo duráveis acompanhada de queda nos bens de capital de 19%, o PIB também não obteve bons resultados neste período. Em 1982 a economia ficou praticamente estagnada onde foram registradas contração do produto real da agropecuária de 0,2%, o PIB cresceu apenas 0,8%, sendo que tanto a taxa de inflação como o produto industrial se mantiveram os mesmos do ano anterior (CARNEIRO, MODIANO, 2014).

Necessitando recorrer ao Fundo Monetário Internacional como forma de tentar conter os desequilíbrios (CAMPOS, 2011). Mas mesmo assim, os resultados não foram nada animadores, tendo o produto industrial caído 5,9%, o emprego na indústria teve queda de 7,5%, decréscimo de 55% da produção de bens de capital, diminuição também dos bens de consumo duráveis de 5% (CARNEIRO; MODIANO, 2014). Conforme Herman (2011, p. 74) “os anos de 1981-83 confirmariam esse prognóstico de forma dramática: o triênio foi marcado por grave desequilíbrio no balanço de pagamentos (BP), aceleração inflacionária e forte desequilíbrio fiscal”. Observa-se que no ano de 1984 o Brasil passou por uma melhora devido à recuperação norte-americana, onde foram constatados aumentos na produção industrial de 6,3%, o PIB teve crescimento de 5,4%, mas a inflação no final do ano deu sinais de aceleração, devido a fatores de aumento de demanda que possibilitava o lucro, o pessimismo sobre a safra do próximo ano e custos dos reajustes salariais (CARNEIRO; MODIANO, 2014).

Com o esgotamento do financiamento externo o Estado ficou responsável pelo pagamento dos encargos da dívida externa (CARNEIRO, 2002). Pelo fato desta ser quase toda estatizada através da captação de recursos e por ser o Estado avalista dos empréstimos privados (LACERDA, 2010). Conforme Lacerda (2010, p. 215) “os pesados encargos das dívidas externa e interna provocaram um profundo desequilíbrio estrutural no setor público brasileiro”. Nas palavras de Campos

(...) o país vivia o auge da crise da dívida externa, cujo ônus recaiu sobre o Estado, que se tornou o principal devedor externo. Isso exigiu uma política de financiamento do setor público que incluía manter atraente taxas de juros para os títulos públicos. Essa ação provocou forte impacto sobre o custo da dívida interna, além do aumento dos impostos e da redução de subsídios (CAMPOS, 2011).

A crise financeira do Estado foi agravada com os fracassos de combate a inflação (CASTRO, 2011). Conforme Lacerda (2010, p. 217) “quanto mais a inflação subia, maior a

realimentação financeira provocada pela rede de endividamento das empresas privadas e públicas e dos consumidores”.

Em 1985 ocorre à transição democrática com o mandato de José Sarney, este período tinha como principal problema o controle da inflação (LACERDA, 2010). Verifica-se que a inflação seguia uma tendência, pois era fácil rebater as elevações de preços ao crescimento da demanda ou repassar os preços as variações de custos (CAMPOS, 2011). Conforme Campos

Essa tendência passou a existir independentemente da presença de choques que elevassem os preços e criava um círculo vicioso no qual as taxas de inflação do período anterior eram repetidas pelos agentes no período posterior. Desta forma, os níveis de inflação do passado eram transferidos para o futuro (CAMPOS, 2011, p. 55).

Nos cinco anos de governo (1985-1989) foram implementados três planos com intuito de estabilizar a economia, sendo estes o Plano Cruzado, o Plano Bresser e o Plano Verão (CASTRO, 2011). Nas palavras de Lacerda

A maior preocupação da opinião pública e da ampla aliança política que dava sustentação ao governo Sarney era, portanto, como retomar o caminho do elevado crescimento econômico em um contexto de crise fiscal do Estado, condições de financiamento externo muito mais restritas do que na década de 1970 e aceleração inflacionária (LACERDA, 2010, pag. 243).

Neste ano o governo conseguiu realizar políticas monetária e fiscal com objetivo de ter crescimento econômico, pois estava sem a influência do Fundo Monetário Internacional (FMI), porém a inflação do término de 1985 a 1986 estava consumindo o poder aquisitivo da população (LACERDA, 2010). Observa-se que a distribuição de renda possuía efeitos desiguais entre esta (CAMPOS, 2011). Já a fase que vai de 1987 a 1989 verifica-se a diminuição da carga tributária provocada pela estagnação do crescimento e aceleração inflacionária (CARNEIRO, 2002). Nas palavras de Carvalho e Lima

(...) na década de 1980, o modelo adotado entre 1930-1980 entrou em crise juntamente com as enormes transformações do cenário internacional, transformações estas que se manifestam com o primeiro choque do petróleo em 1974, e culminaram, em 1979, com um aumento abrupto da taxa de juros

internacional. Nessa década, posteriormente denominada de “década perdida”, o país viveu um aprofundamento dos desequilíbrios macroeconômicos (CARVALHO; LIMA, 2009, p. 34).

Portanto, após o ano de 1979, o governo procurou adotar medidas estratégicas como de ajustes recessivo juntamente com mudanças estruturais e conjunturais para tentar conter o desequilíbrio externo do país (HERMAN, 2011). Observa-se que a década de 1980 no Brasil foi marcada pelos grandes desequilíbrios tanto de caráter interno como externo que provocaram a elevação do deficit público, a queda dos investimentos, o aumento tanto da dívida externa como interna, a diminuição do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e o grande aumento da inflação (LACERDA, 2010).

O investimento por sua vez sentiu os efeitos deste período de forma mais acentuada, verificando a sua redução completa e variações consideráveis neste período. As dificuldades em relação aos investimentos estavam associadas ao fato de conciliar as transferências de recursos reais ao exterior e o crescimento. Provocado pela separação tanto dos investimentos públicos como dos privados, sendo estes influenciados principalmente pela insustentabilidade dos gastos públicos, do baixo patamar dos investimentos privados e pelo decréscimo dos investimentos do setor produtivo estatal (CARNEIRO, 2002). Nas palavras de Castro

Enquanto o país se debatia em tentativas de combate a inflação, a indústria deixava de acompanhar os avanços tecnológicos e organizacionais em rápida propagação nas economias desenvolvidas. A retração do investimento prejudicaria particularmente a indústria de bens de capital (CASTRO, 2011, p. 135).

Observa-se que o II PND apresenta neste período resultados poucos satisfatórios, dando sinais de esgotamento. Há contradições entre autores em relação a este assunto, uns acreditam que o II PND era impossível de ser concretizado devido às condições vividas no país, como a crise mundial e a grande pretensão do plano, no qual não obtinha apoio das bases sociais do regime militar, tendo em 1976 ficado apenas como retórica oficial. E por outro lado, os que acreditam nos resultados ocorridos depois entre 1983-1984, devido à estrutura do plano, ser de longo prazo de maturação, estes observam a desaceleração a partir de 1976, mas não acreditam na sua paralisação plena (LACERDA, 2010). Conforme Arend (2009, pag. 164) “a estagnação da década de 1980 não é produto de uma herança do II PND”.

4.1.1 Os planos

Os planos foram criados com o intuito de estabilizar a economia e combater a inflação de forma conjunta, porém o que se observa foi que só conseguiram promover o ajustamento externo, não conseguindo o mesmo resultado com a inflação (MODIANO, 2014).

O Plano Cruzado foi implementado no governo Sarney, tendo como estratégia a proposta o choque heterodoxos elaborado por Francisco Lopes. Continha quatro grandes medidas, são estas (1) a reforma monetária e congelamento, a qual ficou estabelecido o cruzado como a nova moeda nacional; (2) a desindexação da economia, que pretendia o congelamento dos valores por um ano; (3) o índice de preços e cadernetas de poupança, estas passaram a ter rendimentos trimestrais e; (4) a política salarial, onde seria feito os cálculos dos salários em cruzados pela média dos últimos seis meses em valores correntes (CASTRO, 2011).

De acordo com Campos (2011, p. 59) “o objetivo do plano era zerar a taxa de inflação no momento imediato à adoção do plano e manter as condições de crescimento da economia”. Como consequência ocorreu a aceleração da inflação, a elevação da taxa de juros que provocou na falências de empresas, as contas externas obteve grande deterioração, ocasionado pela fuga de capitais e por causa do saldo negativo na balança comercial (LACERDA, 2010).

O Plano Bresser foi adotado em 1987 com o intuito de promover um choque deflacionário, constataram que a inflação seria de caráter inercial e de demanda, sendo então utilizados elementos ortodoxos e heterodoxos (CASTRO, 2011). A inflação continuou aumentando mesmo com o congelamento de preços, o que fez Bresser Pereira pedir demissão (LACERDA, 2010).

E em seguida foi criado o Plano Verão, este também conteve elementos ortodoxos e heterodoxos, criou-se uma nova moeda chamada de cruzado novo. O resultado no primeiro momento foi de queda na inflação, mas esta não durou muito, tornando a elevar-se. Por não possuir mecanismo de coordenação das expectativas foi gerado um grande crescimento da inflação (CASTRO, 2011).

Verifica que mesmo com as políticas voltadas para combater a inflação estas não surtiram efeito, a taxa de inflação quaduplicou no período de 1985 a 1988, chegando ao final do ano de 1989 a 50% ao mês e elevando-se para 84% no ano de 1990. Os planos não foram eficientes no combate à inflação, estes não conseguiram resolver problemas

como os desequilíbrios estruturais da economia bem como os conflitos relacionados à distribuição de renda que no médio prazo são considerados como fator de crescimento de pressões inflacionárias (MODIANO, 2014).

4.2 A década de 1990

A confirmação do neoliberalismo ocorreu nos governos de Margaret Thatcher em 1979 na Inglaterra e Ronald Reagan em 1981 nos Estados Unidos, provocando o processo de globalização da economia, a qual muda o cenário da década de 1990, percebe-se que este período o crescimento das atividades internacionais tanto por parte das firmas como dos fluxos comerciais, aumento da circulação financeira, alteração na base tecnológica, entre outros (CARCANHOLO, 2000). Conforme Carcanholo (2000, p.16-17) “a desregulamentação dos mercados e a desobstrução do comércio internacional e da entrada de capitais afirmam-se como as diretrizes de política que podem garantir a inserção das diferentes nações no novo contexto de globalização”. Observa-se que a década de 1990 no Brasil foi marcada pelo processo de liberalização, em especial a abertura financeira e comercial e a desnacionalização da propriedade, dando ênfase nas privatizações. Foi implementado o neoliberalismo como forma alternativa ao desenvolvimentismo, a qual pregava a industrialização por substituição de importações, intervenção do Estado na indústria de base e na infraestrutura.

A visão neoliberal acreditava que o desenvolvimentismo era incapaz de manter o dinamismo do progresso técnico e a elevação da produtividade (CARNEIRO, 2002). Sendo a partir do governo de Fernando Collor a reversão da estratégia da economia (ABREU; WERNECK, 2014). Estas mudanças foram influenciadas pelo Consenso de Washington, este nominado assim por se tratar de uma reunião que tinha como objetivo fazer avaliação sobre as reformas econômicas nos países da América Latina (BATISTA, 1994). Conforme Batista (1994, p. 6) “ratificou-se, portanto, a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha insistentemente recomendando, por meio das referidas entidades, como para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral”. Nas palavras de Carcanholo

As recomendações feitas abrangem dez áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial,

liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual (CARCANHOLO, 2000, p. 25).

Não foram tratadas no Consenso de Washington as relações de caráter social como a distribuição de renda, saúde, educação estas estariam condicionadas ao próprio processo de evolução do liberalismo econômico (BATISTA, 1994). Conforme Batista (2000, p. 11) “deverão emergir exclusivamente do livre jogo das forças da oferta e da procura num mercado inteiramente auto-regulável, sem qualquer rigidez tanto no que refere a bens quanto ao trabalho”.

As políticas neoliberais tinham como ideologia de acordo com Carinhato (2008, p. 2) “um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa privada, rejeitando veemente a intervenção estatal na economia.” Conforme Arend (2009, pag. 167) “a ideia-chave seria atingir uma maior eficiência econômica por meio do bom funcionamento do sistema de mercado”. Nas palavras de Carneiro

O novo modelo de crescimento colocar-se-ia como uma alternativa radical ao desenvolvimentismo ao definir a concorrência como motor primordial do processo (...) propõe-se uma política de oferta, sintetizada na ampliação da concorrência. Esse seria o mecanismo central de estímulo à incorporação de novas tecnologias, sustentando o ciclo virtuoso de aumento de produtividade e salários reais (CARNEIRO, 2002, p. 310).

O agente agora passaria ser o mercado desregulamentado e não mais o Estado (AREND, 2009). Com a abertura desencadearia dois efeitos o de maior concorrência nos mercado nacional e o aumento da competitividade no mercado externo (CARNEIRO, 2002). No ano de 1990 foi implementada a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), esta foi responsável pelo desaparecimento das barreiras não-tarifárias implementadas no Processo de Substituição de Importações (AVERBUG, 1999). Passando a abertura comercial por algumas etapas no período que tange a década de 1980 a 1990, sendo estas, de 1988 a 1989 a tarifa média nominal de 57,5% caiu para 32,1% depois entre 1990 a 1993 foram reduzidas as barreiras não tarifárias, onde foi abolida a proibição de importações, tendo a redução de 32,2% em 1990 para 14,2% no início de 1994. Em 1992 o então ministro da fazenda Marcílio Marques Moreira, decidiu terminar o processo seis meses antes do combinado, chegando ao ano de 1994 onde

foram feitas ajustes tarifários com a redução passou a ser de 11,2% da tarifa média nominal (ABREU; WERNECK, 2014). Nas palavras de Feijó, Carvalho e Rodriguez

Este movimento de abertura da economia (tanto em termos comerciais como financeiros) resultou em uma reestruturação industrial com mudança no peso relativo dos setores industriais na composição do PIB, uma redução na oferta de emprego na indústria, uma redução no tamanho médio das plantas industriais e uma realocação das indústrias no território nacional (FEIJÓ; CARVALHO; ROFRIGUEZ, 2003, p. 20).

O setor externo na década de 1990 passou por forte desequilíbrio devido à nova situação estrutural da economia, onde tornava as importações interessantes pelo fato destas obterem reduções das alíquotas tarifárias e dólar mais baixo (LACERDA, 2010). Nas palavras de Lacerda

A restrição externa tornou-se o maior fator de limitação ao crescimento econômico, porque sempre que a atividade econômica cresce as importações aumentam. Adicionalmente, quando o mercado interno está aquecido, os produtores tendem a se voltar para o atendimento da demanda interna, geralmente em condições mais rentáveis devido à situação cambial. A combinação desses dois processos – aumento das importações e redução das exportações – provoca desequilíbrio externo (LACERDA, 2010, p. 297).

Observa-se que a abertura comercial foi feita de forma acelerada no país. Onde o instrumento de maior proteção às barreiras não tarifárias foram totalmente descartadas, os produtos com proibição para importar foram liberados e as tarifas foram reduzidas rapidamente (CARNEIRO, 2002). Conforme Carneiro (2002, p. 313) “num período de aproximadamente cinco anos, entre 1990 e 1994, a proteção à indústria foi drasticamente reduzida”.

Portanto, o crescimento constituído pelas relações interdepartamentais caiu, ou seja, o crescimento da economia do país tornou-se dependente das importações, mais especificamente da inserção externa (CARNEIRO, 2002).

As privatizações tem papel importante na década de 1990, sendo criado o Programa Nacional de Desestatização (PND) que tinha como objetivo intensificar as privatizações, fazendo assim parte das reformas econômicas (LACERDA, 2010). O processo de privatização possuía desafios devido ao grande diversificação das empresas

controladas pelo Estado, sejam em relação às dificuldades de venda bem como as dificuldades ligadas às concorrências do mercado. No comando do BNDES, foram desenvolvidas regras de como seriam feitas as privatizações a fins de evitar acusações de favorecimento bem como de falta de transparência no processo (ABREU; WERNECK, 2014).

No começo as vendas se concentraram em setores que antes eram considerados estratégicos para o desenvolvimento, também ocorreram privatizações nos setores siderúrgicos, de eletricidade, transportes e telecomunicações (LACERDA, 2010).
Conforme Campos

No Governo Collor, iniciou-se um amplo processo de privatização com o objetivo de reduzir o tamanho do Estado e eliminar a função de produtor de insumos básicos que havia desempenhado no processo de industrialização por substituição de importações (CAMPOS, 2011, p. 75).

As receitas com dinheiro até o ano de 1994 somaram em torno de US\$1,6 bilhão, mostrando ser muito modesto. E as vendas de ativos foram no governo Collor de US\$3,5 bilhões, sendo privatizadas 15 empresas e de no governo Itamar Franco foram de US\$ 5,1 bilhões com a venda de 18 empresas (ABREU; WERNECK, 2014). Chegando a marca de US\$78,6 bilhões entre os anos de 1995 a 2002 (WERNECK, 2014).

Através da política fiscal restritiva e do processo de privatizações ocorre à redução nos investimentos públicos direcionados à infraestrutura, suscetivelmente há também diminuição no setor privado, a qual passou por dificuldades pra fazer investimentos, estes fatos provocaram a contração econômica (CAMPOS, 2011).

A dívida externa desde a época de Sarney (1987) era pauta central da política econômica, sendo apenas em 1992, firmado acordo com os credores privados. Tinha como foco a redução do valor da dívida e do seu serviço, reduzir a vulnerabilidade da economia e aumentar o prazo de pagamento. Para que fosse possível manter no futuro a manutenção do serviço da dívida. Possuindo formas diferenciadas de opções voltadas as preferências dos credores, estes podiam escolher entre taxas de juros fixas e de mercado, prazos de resgates de 15 a 30 anos, carências variáveis e a exigência do recebimento principal (ABREU; WERNECK, 2014). A dívida obteve uma redução de US\$ 14,8 bilhões no período de 1995 até 2002 (WERNECK, 2014).

4.2.1 Os planos

Devido o descontrole inflacionário herdado da década anterior havia a necessidade de um plano para a estabilização, sendo elaborado o Plano Collor (ABREU; WERNECK, 2014). O Plano Collor I foi implementado em 1990, suas medidas foram o câmbio flutuante, expansão da tributação para as aplicações financeiras e reformas administrativas que teve por consequência a demissões e fechamento de órgãos públicos, confisco dos depósitos a vista e aplicações financeiras com prefixação da correção dos salários e preços. E em 1991, foi criado o Plano Collor II que tinha como objetivo conter a inflação estabelecida no Plano anterior, mostrando o período de grande recessão (LACERDA, 2010).

A economia continuava passando por dificuldades com intuito de acabar de vez com a instabilidade e com a alta inflação foi criado o Plano Real (ABREU; WERNECK, 2014). Em 1993 no governo de Itamar Franco. Continha três etapas para sua conclusão, sendo estas (1) o estabelecimento do equilíbrio das contas governo, tendo como maior ponto a eliminação da inflação; (2) criação da Unidade Real de Valor (URV) como forma padrão estável de valor e; (3) a nova moeda, chamada Real. O Plano Real difere dos planos anteriores, pois não utiliza do instrumento de congelamento de preços. Conforme Lacerda (2010, p. 295) “o Plano Real tem sido considerado por diversos analistas como sendo um dos mais bem-sucedidos programas de estabilização na história do Brasil”.

Porém, para sua sustentabilidade e para o crescimento econômico era necessário reformas estruturais mais profundas como a fiscal-tributária, administrativa, patrimonial e financeira (LACERDA, 2010). No pós-real a economia tornou-se mais estável, porém o crescimento não foi atingido, não sendo este um objetivo principal da política adotada (LACERDA, 2010).

4.3 Década de 2000

Período de profundos debates em relação ao rumo que tomaria a economia brasileira após o modelo escolhido de inserção externa. Havia a necessidade de uma política industrial interna neste momento, com as eleições de 2002 essas questões ganharam maiores proporções. Foi eleito Luiz Inácio Lula da Silva, em seu mandato permaneceu a política macroeconômica do governo anterior, mas terminou com o veto

antes imposto a política industrial. Criando a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) (CANO; SILVA, 2010). Nas palavras de Cano e Silva

Tratava-se de uma política governamental construída a partir de uma visão da complexidade da estrutura produtiva do país e apoiada na percepção de que os diversos setores e cadeias produtivas desempenham papéis diferenciados na dinâmica do desenvolvimento, em termos de geração e difusão de inovações, competitividade e dinamismo internacional e atendimento das necessidades básicas da população, e que se refletem na sua posição do desenho da política (CANO; SILVA, pag. 7).

Porém, não se alcançou os resultados esperados, como por exemplo, resolver os problemas estruturais e aumentar os investimentos, devido à falta de organização das iniciativas (CANO; SILVA, 2010).

No ano de 2004 a taxa de juros baixou de 26,5% para 16%, onde provocou efeito de melhora na economia, verificando crescimento na economia de 5,7% e a diminuição da inflação que passou de 9,3% para 7,6%, as exportações que eram de US\$60,4 milhões em 2002 passaram para US\$ 96,5 bilhões, teve aumento também no saldo comercial que atingiu US\$ 33,6 bilhões, com isso o deficit que era verificado no ano de 2002 passou a ser superávit em 2004 de 2% do PIB. Chegando ao ano de 2006 com inflação de 3,1% juntamente com grande crescimento econômico, tendo sua média de 4,3% (Werneck, 2014). Percebe-se a melhora no desequilíbrio, resultante da manutenção das políticas do período anterior juntamente com a situação favorável na economia internacional, é constatado também a volta das políticas sociais (CAMPOS, 2011). Nas palavras de Giambiagi

O desempenho da economia brasileira a partir de 2003 foi decisivamente influenciado pela evolução da economia internacional e, face à continuidade do regime de metas de inflação, que tinha sido inaugurado em 1999, também da taxa de câmbio e da inflação (GIAMBIAGI, 2011, p. 211).

Portanto, o ambiente favorável do mundo representado pelo crescimento internacional, volumosa liquidez dos mercados financeiros, a elevação dos preços das commodities e a diminuição dos preços das manufaturas induzidas pela China, foram importantes para que o Brasil vivenciasse um momento de prosperidade. Percebe-se que

as commodities bem como o agronegócio foram beneficiadas pelas condições internacionais e não necessariamente por uma política estatal (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

Foram implementadas políticas para a distribuição de renda, tendo maior destaque o Bolsa Família. Este tinha como objetivo proporcionar renda para a camada mais pobre da população (CAMPOS, 2011). Conforme Fagnani (2011, p. 17) “destaca-se a consolidação e expansão do Programa Bolsa Família, que atende mais de 40 milhões de pessoas e contribuiu para que a porcentagem de pessoas que vivem em miséria extrema declinasse entre 2003 e 2010”. Verifica certa articulação das questões voltadas para o social e os objetivos macroeconômicos (FAGNANI, 2011). De acordo com Fagnani (2011, p. 15) “Esse movimento foi benéfico para o mundo do trabalho e para as contas públicas, abrindo maior espaço para ampliação do gasto social”.

No ano de 2008 o mundo entrou em crise, os efeitos neste ano no Brasil foram o crescimento negativo durante três semestres, tendo retração de 0,65% do PIB, recuperando-se no ano de 2009 (SERRANO; SUMMA, 2011). Em 2010 a economia recuperou-se tendo o PIB atingido 7,5%, mas a inflação voltou a acelera passando a ser de 5,9% devido ao aquecimento econômico, as reduções diminuíram, mas mesmo assim não de forma significativa, retomando no fim de 2010, atingindo a marca de US\$ 200 bilhões, o superávit da balança comercial foi de US\$ 20 bilhões (Werneck, 2014). De acordo com Teixeira (2012, pag. 20) “a economia brasileira se recuperou rapidamente da crise devido á recuperação do setor externo e ao crescimento do consumo das famílias (...)”. Conforme Fagnani (2011, pag. 15-16) “o colapso financeiro internacional (2008) interrompeu um longo ciclo de hegemonia do neoliberalismo em escala global”.

No primeiro mandato de Dilma Rousseff a economia começara dar sinais de desaceleração, sendo verificado um aumento de apenas 2% do crescimento do PIB, elevação da inflação chegando à marca de 6,5% em 2011. Mas mesmo assim o governo continuou com o caráter desenvolvimentista (Werneck, 2014). Conforme Werneck (2014, pag. 381) “(...) continuou investindo em políticas de expansão da demanda e nas possibilidades de afrouxamento fiscal com base na contabilidade criativa”.

4.4 Emprego e desindustrialização

Segundo Alves (2012) a partir da crise do capitalismo da década de 1970, da mundialização do capital, das políticas neoliberais e da reestruturação do processo de produção, surgiu um novo padrão de desenvolvimento do sistema capitalista. Esse é

considerado por Antunes (2009) como a reformulação da forma de acumulação do capital, onde este buscou formatar as características de trabalho como forma de garantir a dominação burguesa em todos os sentidos, sendo estes políticos, ideológicos e econômicos. No Brasil a nova ordem do capitalismo ocorreu na década de 1990, a partir da adoção de políticas neoliberais e da crise brasileira (ALVES, 2012).

O projeto neoliberal passou por algumas dificuldades na sua implementação no país devido à complexidade da estrutura produtiva nacional, muito pelo fato de ter por um lado diferentes interesses das frações do capital no Modelo de Substituição de Importações e por outro lado uma grande movimentação política por parte dos trabalhadores na década de 1980, através da criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores (FILGUEIRAS, 2005).

O processo de reestruturação juntamente com a abertura comercial e financeira, provocou o enfraquecimento do Estado bem como a representação e o potencial de barganha da classe trabalhadora. Ocorrendo também mudanças no mercado de trabalho pelo fato de obter novas tecnologias e métodos de gestão deste (FILGUEIRAS, 2005). A reestruturação do capital tinha como propósito a transformação da produção tanto a nível setorial quanto em nível de estruturas organizacionais. Estas mudanças funcionam como estratégias defensivas para a obtenção de concentração e centralização do capital em conjunto com a fragmentação da produção. Observa-se o aumento nas articulações dos setores produtivos a nível internacional e a continuidade do poder dos estados centrais, mesmo ocorrendo à fragmentação da produção, como também conseguiu impor-se perante o trabalho (BALANCO; PINTO, 2005). A qual acabou diminuindo suas representações políticas como também a capacidade de negociação, sendo este generosamente afetado (FILGUEIRAS, 2006).

Desta maneira durante a década de 1990 houve, por meio dos Governos dos Presidentes Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994-1998-1998-2002), a inserção da nova ordem do capitalismo global no Brasil. Agenda que foi expressa através de políticas de controle da inflação e dos ajustes neoliberais as quais provocaram uma forte recessão causando efeitos como a elevação do desemprego e a informalidade no mercado de trabalho nas grandes cidades brasileiras, ocasionando no processo de precarização do trabalho (ALVES, 2012). Nas palavras de Remy, Queiroz e Filho (2010, pag. 2) "(...) as mudanças estruturais ocorridas

na economia brasileira, durante a década de 90, conduziram à eliminação de empregos não acompanhada pela criação de novos postos de trabalho no mesmo patamar (...). Nas palavras de Antunes

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente [...]. (ANTUNES, cap. II, p. 1).

De acordo com Antunes (2009) a precarização do trabalho vem acontecer a partir de novas modalidades como a flexibilização onde as empresas possuem a liberdade de aumentar ou diminuir as horas de trabalho, dividir a jornada, pagar salários reais mais baixos e demitir seu funcionário, aumentando assim o trabalho irregular, precário, sem garantias; a desregulação das leis trabalhistas gera um aumento da informalidade e instabilidade buscando novas formas de trabalho entre estas a terceirização; e por último a ausência de direitos dos trabalhadores deixando estes cautelosos em relação ao seu presente bem como ao seu futuro.

Alves (2012, p. 6) afirma que “a precarização do trabalho caracterizou-se pela demissão incentivada, terceirização e degradação das condições de trabalho, do salário e pela redução de benefícios e direitos trabalhistas”. Atingindo grandes empresas com força sindical, sendo estas de setores públicos e de setores privados (ALVES, 2012). Observa-se que a desregulação do trabalho provoca a redução de trabalhadores com empregos formais, buscando estas outras formas, como a terceirização e os subcontratos, bem longe da legislação trabalhista. A flexibilização proporciona a imposição da força de trabalho, riscos, ausência de garantias, aumento do trabalho informal, ruína dos direitos sociais, fazendo com que os trabalhadores aceitem salários reais menores e em condições piores. (ANTUNES, 2009).

A nova relação do trabalho flexível no Brasil pode ser dividida em três sendo estas: (a) flexibilização da jornada de trabalho a qual constata os direitos dos trabalhadores visando a melhoria da condição social com duração do trabalho normal de oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais. Podendo através de acordo, ser facultada a compensação de horários e a redução da jornada; (b) flexibilização da remuneração salarial provoca a perda de barganha do trabalhador, sendo este obrigado a cumprir metas, pois sua remuneração está condicionada ao seu desempenho e o da empresa e;

(c) flexibilização do contrato de trabalho, foi implementado no país na década de 1990, a qual possui vários tipos de contratações, provocando mudanças dos direitos e nas contratações do trabalho (ALVES, p. 16-17, 2012).

Na década de 2000 percebe-se o favorecimento a formalização do mercado de trabalho, tendo grande incentivo os microempreendedores através do tratamento fiscal diferenciado, chegando à marca de oito milhões de emprego. As indústrias de construção civil e de transformação também apresentaram significativos postos de trabalho (REMY; QUEIROZ; FILHO, 2010). Nas palavras de Remy, Queiroz e Filho

Assim, o dinamismo da economia juntamente com medidas fiscais foram importantes para a incorporação de trabalhadores, entretanto, uma política industrial aliada a uma política de ciência e tecnologia trariam outro tipo de estímulo, promovendo uma estrutura de emprego de mais qualidade (REMY; QUEIROZ; FILHO, 2010).

Neste período os debates a cerca da desindustrialização ganham destaques, autores como Cruz et al (2007) e Pauli e a de Nakabashi e Sampaio (2012), focam na mudança estrutural, na composição de ocupação e na taxa de emprego industrial (LEITE, 2000). Conforme Cruz et al (2007, pag. 56) “define-se desindustrialização como uma perda persistente de participação da indústria no emprego e no produto de um país”. Nas palavras de Sonaglio (2011)

(...) a análise da composição do emprego no setor de serviços indica um crescimento nas vagas dos segmentos de média e baixa tecnologia, indicando que o processo de desindustrialização ocorrido na economia brasileira não é derivado da trajetória virtuosa do desenvolvimento, pois as mudanças estruturais mostram perda de representatividade dos setores industriais de maior dinamismo, ao passo que os serviços de menor produtividade ganham espaço (SONAGLIO, 2011, pag. 64).

Mas também possuem autores com opiniões contrárias a estas, como Nassif (2008) e Feijó *et al* (2005), que não consideram uma desindustrialização neste período. Destacando que mesmo com a diminuição do crescimento do PIB, a indústria manteve sua participação (SONAGLIO, 2011). Nas palavras de Sonaglio

O ponto mais importante, porém, é o fato de que o desenvolvimento da estrutura industrial brasileira ainda é capaz de gerar dinamismo sobre o restante da economia, como ficou evidenciado no ciclo econômico de 2004-2008, que antecedeu a grave crise internacional. No período houve tanto uma aceleração na taxa de crescimento quanto uma mudança no padrão de crescimento, sustentado também na demanda doméstica (consumo e investimento) e não apenas na demanda externa, o que favoreceu a expansão de uma gama mais ampla de setores industriais, sobretudo os setores de bens saláris e de bens de capital, que tinham sido fragilizados no padrão de crescimento anterior. O período vivenciou um círculo virtuoso da produção, emprego, renda, consumo e investimento. Como resultado, o crescimento industrial foi bastante vigoroso e houve uma expansão sem precedentes nas taxas de emprego formal (inclusive na indústria), com forte ampliação do mercado doméstico (SONAGLIO, 2011, pag.10).

A figura 5, demonstra o crescimento da indústria com dados do período de 1980 a 2012, constata que no ano de 1980 a indústria representava 33,70%, chegando ao ápice no ano de 1986 onde representava 34,66%, decaindo drasticamente para 15,72% em 1998, elevando-se para 19,22% em 2004 e novamente decaindo nos anos seguintes chegando em 2012 com 12,95% de representação. Verifica que a indústria de transformação atingiu sua maior porcentagem na década de 1980 devido às consequências positivas do II PND, mostrando o grande crescimento da indústria neste período, porém no decorrer dos anos percebe-se que decresceu.

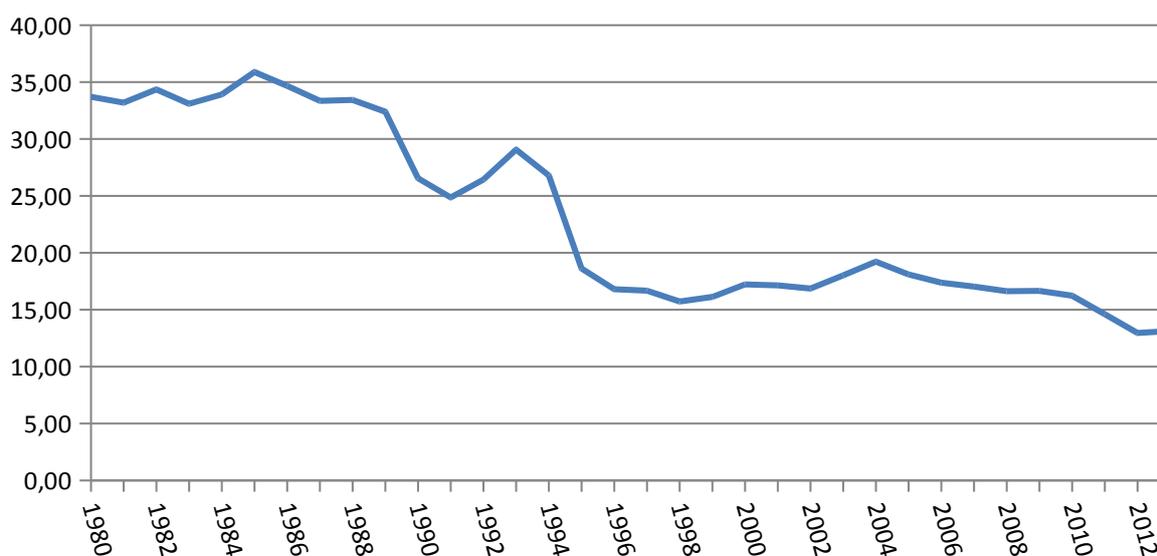


Figura 5 - Participação da Indústria de Transformação no PIB (%), 1980-2012
Fonte: IPEADATA

A figura 6, mostra o crescimento do PIB do Brasil do período de 1980 a 2012, observa-se que em 1980 o PIB é de R\$ 2.135.978,99 milhões, chegando no ano de 1990 a R\$ 2.497.130,54 milhões permanecendo em crescimento nos anos seguintes atingindo a marca de R\$ 3.052.568,29 milhões em 1997, percebe-se a queda do PIB na crise de 2008 atingindo R\$ 4.249.220,50 chegando em 2012 com R\$ 4.726,976,10 milhões.

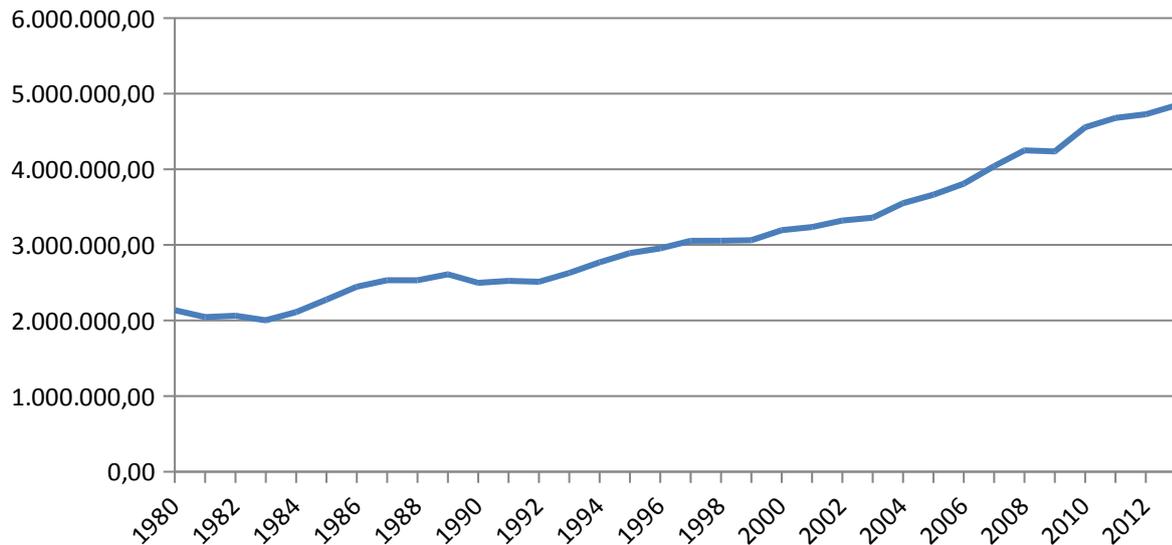


Figura 6 - PIB em R\$ milhões de 2013, 1980-2012
Fonte: IPEADATA, 2015

Figura 7 mostra o PIB per capita do Brasil no período de 1980 a 2012, verificando-se crescente no ano de 1980 atingindo R\$ 17, 95mil obtendo oscilações em torno de R\$ 16 a R\$ 19 mil até o ano de 2004, atingindo em 2012 R\$ 24,37 mil Verifica que o crescimento foi constante para o PIB per capita neste período.

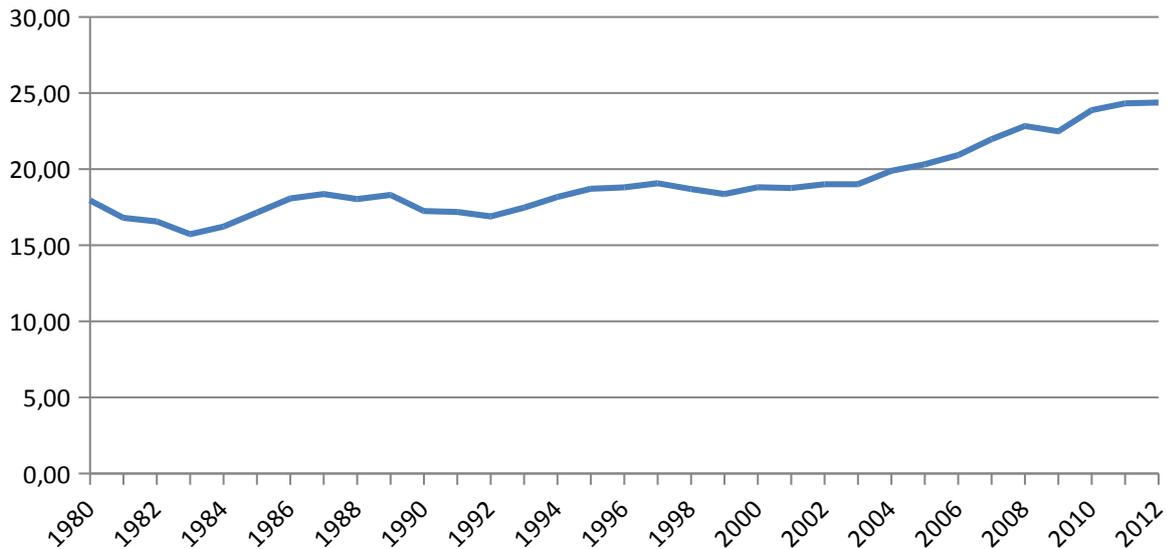


Figura 7 – PIB *per capita* em R\$ mil de 2013, 1980-2012.
Fonte: IPEADATA

Constata-se que as transformações ocorridas na classe trabalhadora possuem diferentes formas dependendo estas dos países em questão, podendo criar uma força de trabalho capacitada e qualificada e criar a força de trabalho altamente explorada sem qualificações. Este contexto provoca a elevação dos problemas envolvendo o mercado de trabalho (GONÇALVES, 2001). Sendo que trabalho é importantíssimo para as relações econômicas e sociais, através dele consegue-se obter uma melhor distribuição de benefícios aos indivíduos (RIBEIRO; BERG, 2010). Conforme Lacerda (2010, pag. 354) “o avanço do desemprego da década de 1990 refletiu-se profundamente sobre a estrutura do mercado de trabalho brasileiro”.

Na figura 8, percebe-se que o ano de 1980 o índice era de 0,580 atingindo seu ápice no fim da década de 1980, tendo caído em 1990 com grau de coeficiente de 0,580 mantendo-se constante durante toda a década de 1990 chegando a patamares inferiores na década de 2000, sendo que em 2013 foi verificado ser o menor grau atingindo a marca de 0,520. Demonstrando que apesar da indústria de transformação, o PIB e o PIB per capita terem decrescido durante este período, o mesmo não ocorreu com a desigualdade, esta por sua vez atingiu patamares menores, isto se deve as políticas de reajustes de salário mínimo e dos programas de renda, porém este vem junto com o processo de precarização do trabalho.



Figura 8 – Desigualdade de Renda – Coeficiente de Gini (%), 1980-2013
Fonte: IPEADATA, 2015.

A figura 9 mostra o pessoal ocupado assalariado e a folha de pagamento real por trabalhador, levando em consideração apenas a indústria de transformação no período que tange 2001 a 2014. Observa-se que manteve constante durante o período o pessoal ocupado assalariado oscilando entre 97,66 a 104,24. E a folha de pagamento real por trabalhador obteve crescimento durante os anos. Portanto o número de trabalhadores é estável, porém possui salários em alta.

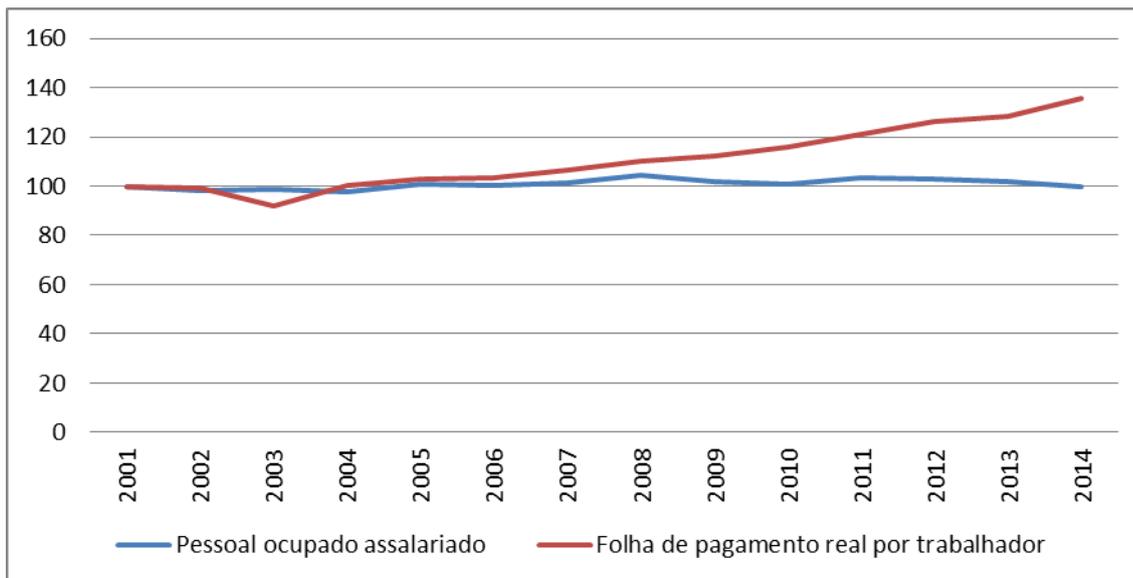


Figura 9- Pessoal Ocupado, Folha de Pagamento, Indústria de Transformação, 2001-2014- Número índice, Janeiro de 2001=100.
Fonte: IBGE, 2015.

O projeto neoliberal constituído no Brasil foi composto por três fases desde a década de 1990 sendo estas, a fase inicial a qual ocorreu o processo de ruptura com o movimento de substituição de importações e o começo das políticas neoliberais, sobre o governo Fernando Collor/ Itamar Franco (1990-1994), nesta fase tinha como contexto a década de 1980, onde se observava hiperinflação, descrença na economia, estagnação econômica, sem a obtenção de êxito por parte das políticas ortodoxas como heterodoxas. Através de Fernando Collor o projeto neoliberal teve sua fase inicial tendo vitória com apoio das classes dominantes, apesar de este ser uma incógnita. Mesmo ocorrendo às turbulências no seu governo, o projeto neoliberal não sofreu interrupções; a segunda fase é caracterizada como sendo de ampliação das questões neoliberais sobre o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) verifica a continuação do programa de Fernando Collor através da implementação do Plano Real e as políticas de valorização do capital financeiro, mesmo acontecendo conflitos entre as classes, conseguindo conter a inflação e a obtenção de êxito no projeto neoliberal, mas em compensação provocou a vulnerabilidade externa e a fragilização financeira do setor público e; por último a fase de aperfeiçoamento do modelo e da consolidação da hegemonia do capital financeiro, sobre o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) nesta fase observa-se que mesmo com a hegemonia sobre o bloco dominante do capital financeiro internacional bem como dos grupos financeiros- econômicos, não se verificou esta hegemonia sobre a sociedade (FILGUEIRAS, 2005). Nas palavras de Lacerda

(...) nos anos 1990, apesar da estabilização da moeda ter provocado, de início, uma melhora na situação dos mais pobres, a renda detida por esse segmento da população brasileira foi se tornando cada vez menor, e a parcela dos mais ricos, cada vez maior (LACERDA, 2010, pag. 328).

A importância dada às exportações, a reprimarização de setores, indústrias articuladas transnacionais, induzem ao aumento da exploração da força de trabalho, provocando queda dos salários reais e a redução das leis trabalhistas e sociais. Fortalecendo assim, a concentração da renda bem como o aumento da desigualdade (FILGUEIRAS, 2005). Na década de 2000 é verificada a tentativa de redistribuição de renda, através de política de reajustes do salário mínimo a qual provocaria a redistribuição como também o fortalecimento do poder de barganha do trabalhador (WERNECK, 2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram abordadas no trabalho as teorias ligadas ao desenvolvimento e crescimento econômicos. Possuem vários autores que discorrem sobre este assunto. Kaldor identifica a indústria como consoante do desenvolvimento, através de encadeamentos intra e inter setores da economia. Para este autor o processo de desenvolvimento ocorre de forma acumulativa, tendo como regra a introdução de bens de consumo para depois a consolidação de bens de capital. Já o modelo de Thirlwall as restrições de demanda são responsáveis pelas taxas de crescimento diferente sendo o setor externo o responsável pelas expansões no longo prazo.

A América Latina e o Brasil foram importantes para o desenvolvimento de teorias, tendo a Cepal como seu grande expoente. Dois autores destacaram-se Celso Furtado e Raúl Prebisch, para estes há diferenças nos processos de desenvolvimentos dos países desenvolvidos e nos subdesenvolvidos, separando estes em dois blocos, referentes a periferia e ao centro. E a teoria da dependência a qual destaca que a dependência da periferia com o centro é provocado pelo próprio processo histórico do sistema capitalistas.

Buscou mostrar os processos de industrialização e de desindustrialização. Intende-se por industrialização o esforço para implementar a indústria de bens de capital. Este processo teve início no século XIX com a liderança da Inglaterra, durante todos estes anos, percebesse as evoluções e mudanças. E o processo de desindustrialização é caracterizado pela perda de participação da indústria através das mudanças na estrutura, no emprego e no produto. Pode ser positiva, sendo mais recorrentes em países desenvolvidos, observando o não desaparecimento da indústria, mas sim uma redução da sua proporção no PIB, já a desindustrialização negativa é mais recorrente em países subdesenvolvidos, onde esta ocorre antes mesmo da conclusão do processo de industrialização.

O debate teórico no Brasil começa antes mesmo de ter começado o processo de industrialização. Sendo a partir da grande crise de 1929, que o país percebe a necessidade de voltar-se para o mercado interno. O Brasil adota o Processo de Substituição de Importações, que esta embasada na teoria dos Choques Adversos da Cepal.

Destaca as mudanças nos governos que vão do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas ao desenvolvimentismo-internacionalista de Juscelino Kubitschek, e a transição para o regime militar. No “milagre econômico” ocorrido com a implementação do

II PND há o processo de industrialização. Trás como resultados constata que o progresso técnico veio acompanhado de desigualdades e forte concentração de renda.

Chegando à década de 1980 o processo começa deteriorar, devido às condições que a década estava passando com esgotamento dos financiamentos externos, inflação, desequilíbrios no balanço de pagamentos e dívida interna e externa. Sendo este quadro agravado na década seguinte, onde é verificada a instabilidade econômica com aumento do desemprego, a redução dos investimentos privados e públicos.

A década de 2000 começa com muitas dúvidas conseguindo melhorar as condições de desequilíbrio, estabilizar a economia. Isto aconteceu pelo fato da economia internacional estar passando por um período de prosperidade. Tendo consequências positivas como o aumento do emprego formal e a redução da desigualdade.

É necessário destacar que surgiram dificuldades durante o percurso do trabalho, estas relacionadas com as limitações como a falta de bibliografia, de tempo e de espaço para uma melhor análise do assunto exposto. Sendo interessante fazer uma análise mais quantitativa, como forma de verificação de outros pontos que o processo de reversão da indústria pode causar numa economia.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. P.; WERNECK, R. L. F. Estabilização, abertura e privatização, 1990-1994. In: ABREU, M. P. et al (Orgs.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. Cap. 15.
- ALMEIDA, J. E. **Subdesenvolvimento e dependência: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso**. Porto Alegre, 2009.
- ALVES, G. Trabalho e nova precariedade salarial no Brasil: A morfologia social do trabalho na década de 2000. **Oficina do CES**, oficina n. 381, março 2012.
- ANTUNES, R. O trabalho, sua Nova Morfologia e a Era da Precarização Estrutura. **Revista THEOMAI**, n.19, 2009.
- ANTUNES, R. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal: A cidadania negada**. Cap. II.
- AREND, M. **50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária**. Tese (Doutorado em Economia), UFRGS, Porto Alegre, 2009.
- AVERBUG, A. **Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90**. 1999
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. **Texto para Discussão**, n. 800, Rio de Janeiro, jun. 2001.
- BATISTA, P.; N. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. 1994.
- BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal. São Paulo: Record, 2000. Cap. 1.
- BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal: uma resenha**.
- BONELLI, R.; RAMOS, L. **Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70**. Revista de economia política, v.13, n. 2, p. 50, abr/jun. 1993.
- BONNELLI, R. Industrialização e Desenvolvimento: Notas e conjunturas com foco na experiência do Brasil. **Texto para Discussão**, São Paulo, FIESP/IEDI, nov. 2005.
- BONNELLI, R.; PÊSSOA, S. A. **Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência**. **Texto para Discussão**, Rio de Janeiro, FGV/IBRE, mar. 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **O Modelo de Desenvolvimento de Kaldor**. Revista Brasileira de Economia, v. 29, n. 2, p. 51-67, abril-junho 1975.

CACCIAMALI, M. C. Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. In: Vasconcellos, M. A. S. **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 406: 422.

CACCIAMALI, M. C. Mudanças Recentes no Produto e no Emprego: uma comparação entre os países industrializados e aqueles em desenvolvimento. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, abr./ jun. 1991.

CARIO, Silvio Antonio Ferraz. **Desenvolvimento Socioeconômico**. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas/ UFSC, 2011.

CAMPOS, R. R. **Economia brasileira contemporânea/ Renato Ramos Campos**. Florianópolis: Departamento de ciências econômicas/ UFSC, 2011.

CÂNDIDO, C. S. **Avaliação da heterogeneidade estrutural na indústria brasileira: 1996 a 2011**. Florianópolis, 2014.

CANO, W. Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. **Revista Economia**, set/dez. 2012.

CANO, W. ; SILVA. A. L. G. Política industrial do governo Lula. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, n. 181, jul. 2010.

CANO, W. (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. **Texto para Discussão**. IE/Unicamp, Campinas, n. 244, set. 2014.

CANO, W. **Getúlio Vargas e a formação e integração do mercado nacional**. ANPUR, Salvador, maio, 2005.

CARCANHOLO, M.; D. Neoliberalismo e o Consenso de Washington: A verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC. In: MALAGUTI, M. L. et al (Orgs.). **Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo/ Manoel Luiz Malaguti; Reinaldo A. Carcanholo; Marcelo D. Carcanholo**. 2. ed. São Paulo, Cortez. 2000. (coleção questões da nossa época; v. 65).

CARINHATO, P. H. Neoliberalismo, Reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Aurora**, a. 2, n. 3, dez 2008.

CARNEIRO, D. D.; MODIANO, E. M. Ajuste externo e desequilíbrio interno, 1980-1984. In: ABREU, M. P. et al (Orgs.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil/ Marcelo de Paiva Abreu**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. Cap. 13.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: UNESP, IE. Unicamp, 2002.

CARVALHO, V. R. S.; LIMA, G. T. Estrutura produtiva, restrição externa e crescimento econômico: a experiência brasileira. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n.1, p.31-60, abr. 2009.

CASTRO, L. B. Privatização, Abertura e Desindexação: A Primeira Metade dos Anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, F. et al (Orgs.). **Economia brasileira contemporânea (1945-2010)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Cap.6.

CÊPEDA, V. A. A Construção da Industrialização no Brasil: políticas econômicas, mudança social e a crise do liberalismo na Primeira República. **Revista de Ciências sociais da PUC-Rio**, n. 7, p. 115-136, jul/dez, 2010.

COMIN, A. **A Desindustrialização Truncada Perspectivas do Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Tese (doutorado em Ciências Econômicas), Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2009.

COUTINHO, L. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Economia e Sociedade**, n. 1, Campinas, IE/ Unicamp, 1992.

CURADO, M. Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n.3, p.609-640, dez. 2013.

DUARTE, P. H. E.; GRACIOLLI, E. J. A teoria da dependência: Interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina. 2006.

FAGNANI, E. A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP. n.192, jun. 2011.

FEIJÓ, C. A; LAMONICA, M. T. **Indústria de transformação e crescimento**: uma interpretação para o desempenho da economia brasileira nos anos 1990 e 2000. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 9, n. 1, p. 20-40, jan/mar 2013.

FEIJÓ, C. A; LAMÔNICA, M. T. **Mudanças da estrutura industrial e desenvolvimento econômico**: as lições de Kaldor para a indústria brasileira. **Economia e Tecnologia**, a. 5, v. 18, Julho/ setembro, 2009.

FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P. G. M.; RODRIGUEZ, M. S. **Concentração Industrial e Produtividade do Trabalho na Indústria de Transformação nos anos 90**: evidências empíricas. **Economia**, Niterói (RJ), v. 4, n.1, p. 19-52, jan./jun.2003.

FILGUEIRAS, L. **Projeto Político e Modelo Econômico Neoliberal no Brasil**: implementação, evolução, estrutura e dinâmica. Versão preliminar, 17 jul. 2005.

FONSECA, P. C. D. **O Processo de Substituições de Importações**. In: REGO, J. M.; MARQUES, R. M. org. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GIAMBIAGI, F. Rompendo com a ruptura: o governo Lula (2003-2010). In: GIAMBIAGI, F. et al (Orgs.). **Economia brasileira contemporânea (1945-2010)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Cap 8.

GONÇALVES, M. A. **Reestruturação Produtiva e Precarização das Relações de Trabalho**. 2001.

GRANDA, R. M. O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico nos anos 90. **Textos para Discussão**. TD. n. 1, 2004.

HERMANN, J. Reformas, endividamento externo e o “milagre econômico” (1964-1973). In: GIAMBIAGI, F. et al (Orgs.). **Economia brasileira contemporânea** (1945-2010). 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Cap.3.

HERNÁNDEZ, I. P. Anexo - A lei de A. P. Thirlwall: teoria, crítica e evidência empírica. In: THIRLWALL, A. P. **A natureza do crescimento econômico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações**. IPEA, Brasília, 2005.

KUPFER, D. **Trajétórias de Reestrutura da Indústria Brasileira após a Abertura e a Estabilização**. Tese de doutorado, Instituto de Economia-URFJ, Rio de Janeiro, 1998.

LACERDA, A. C. **Economia Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LAPLANE, M. F. A indústria ainda é o motor do crescimento? Teoria e evidências. **Dez anos de política industrial, balanço & perspectivas**, 2012.

LEITE, F. P. **Evolução do emprego e mudança estrutural no Brasil no primeiro decênio dos anos 2000**: uma abordagem pasinettiana. 2000.

MACEDO, B. G. **Desenvolvimento Econômico**: a atualidade da economia política cepalina. Tese de Doutorado em Ciências Econômicas, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2007.

MENDONÇA, José Elesbão. **Subdesenvolvimento e dependência**: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Porto Alegre, 2009.

MODIANO, M. E. A ópera dos três cruzados, 1985-1990. In: ABREU, Marcelo de Paiva et al (orgs.). **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. Cap. 14.

MUNHOZ, D.G. **Economia Aplicada**: técnicas de pesquisa e análise econômica. Brasília: UnB, 1982.

NONNERBERG, M. J. B. Determinantes dos investimentos externos e impactos das empresas multinacionais no Brasil- as décadas de 1970 e 1990. **Texto para Discussão**, n. 969, Rio de Janeiro, ago. 2003.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n.2, abr-jun. 2010.

ORENSTEIN, L.; SOCHACZEWSKI, A. C. Democracia com desenvolvimento, 1956-1961. In: ABREU, Marcelo de Paiva et al (orgs.). **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. Cap. 8.

PALMA, G. **Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”**. Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento organizada pela FIESP e IEDI, Centro Cultural da FIESP, 28 ago. 2005. 46p.

QUADROS, W. J. Crise do Padrão de Desenvolvimento no Capitalismo Brasileiro: breve histórico e principais características. **Cadernos do CESIT**. Campinas, jun. 1991.

REMY, M. A. P. A.; QUEIROZ, S. N.; FILHO, L. A. S. **Evolução recente do emprego formal no Brasil: 2000-2008**. 2010.

RIBEIRO, J. ; BERG, J. **Evolução recente do Trabalho Decente no Brasil: avanços e desafios**. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, Minas Gerais, 20 a 24 de set. de 2010.

SAMPAIO, D. P. **A desindustrialização em marcha no Brasil: uma análise comparada**. 2012.

SARTI, F.; HIRATUKA, C. Desenvolvimento Industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros. **Textos para Discussão**, Campinas: IE/UNICAMP, n. 187, jan. 2011.

SERRANO, F.; SUMMA, R. **Política macroeconômica, crescimento e distribuição de renda na economia brasileira nos anos 2000**. Textos Avulsos, n. 6, mar 2011.

SILVA, A. L. G.; LAPLANE, M. F. Dinâmica recente da indústria brasileira e desenvolvimento competitivo. **Economia e Sociedade**, 1994.

SILVA, H. C. **O Processo de Desindustrialização: uma avaliação sob a perspectiva da economia brasileira (1990-2010)**. Florianópolis, 2012.

SILVA, J. A.; LOURENÇO, A. L. C. **Revisando o conceito de desindustrialização**. Planejamento e estratégia de desenvolvimento, set. 2014.

SONAGLIO, C. M. Fatos sobre a possível desindustrialização no Brasil: mudança conjuntural ou estrutural? **Economia & Tecnologia**, a. 7, v. 24, jan/mar. 2011.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, C. E. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Texto para Discussão, n. 6**, 2012.

THIRLWALL, A. P. **A natureza do crescimento econômico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações**. Brasília: IPEA, 2005.

VENTURIM, R. J. **O processo de industrialização da economia brasileira: uma análise histórica das condicionantes do seu atraso tecnológico**. Presidente Prudente, SP, 2004.

VERSANI, F. R.; SUZIGAN, W. **O Processo Brasileiro de Industrialização: uma visão geral**. X Congresso Internacional de História Econômica, Louvain, Ago. 1990.

VIANNA, S.B; VILLELA, A. O Pós guerra (1945-1955). In: GIAMBIAGI, F. et al (orgs.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.cap.1.

VILLELA, A. Dois “anos dourados” de JK à crise não resolvida (1956-1963). In: GIAMBIAGI, F. et al (orgs.). **Economia brasileira contemporânea (1945-2010)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.cap.2.

WERNECK, R. L. F. Consolidação da estabilidade e reconstrução institucional, 1995-2002. In: ABREU, M. P. et al (orgs.). **A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil/ Marcelo de Paiva Abreu**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. Cap. 16.